Clube da propina não quer largar o osso

Lula Marques - AGPT

PSDB cola no PT e PMDB para forçar STF a deixar Aécio delinquir em paz

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.576 4 e 5 de Outubro de 2017

Senadores selam pacto para manter impunes seus crimes contra o povo

Aécio Neves é uma figura tão degenerada que se destaca, nesse quesito, em um Senado com 44 senadores investigados pela Operação Lava Jato ou equivalentes. Depois de gravado quando pedia R$ 2 milhões de propina ao Joesley, da JBS, depois de filmado o recebimento do suborno, somente outros ladrões poderiam se opor ao seu afastamento – realizado com respeito a todas as leis que os senadores, tanto quanto qualquer cidadão, são obrigados a respeitar. Por isso mesmo, sua defesa pelo PMDB, PT, PSDB – que, apesar de ter o mesmo Aécio como presidente nacional, ou por causa disso, era o menos enfático, até o fim da semana, em defendê-lo – somente expõe publicamente o que são essas organizações criminosas, que, sob a capa de partidos, tornaram a vida política do país uma cafua imunda. O que o PT, PMDB e PSDB estão defendendo é o seu próprio roubo do dinheiro do povo – aquele que já fizeram e aquele que pretendem continuar a fazer, enquanto não são removidos e conduzidos ao lugar onde devem estar os ladrões. **Pág. 3**

Datafolha diz que 54% quer ver Lula preso

Segundo o Datafolha, na pesquisa divulgada na segunda-feira, 54% dos entrevistados consideram que Lula deveria ser preso com base nas informações reveladas pela Operação Lava Jato. No entanto, o mesmo Instituto considera que Lula ganha em qualquer cenário de segundo turno na eleição presidencial de 2018. **Página 3**

Matador de Las Vegas foi auditor da Lockheed. Já são 59 mortos

A *doença americana* – uma repetição ritualizada de genocídio – voltou a ocorrer neste domingo (1º) em Las Vegas, quando um atirador, depois identificado como Stephen Paddock, irrompeu em fúria assassina desde o 32º andar de um hotel contra um festival de música country ao ar livre, massacrando 59 pessoas e ferindo mais 527 com disparos de rifle automático e, ao final, se suicidou. Duas semanas após ameaçar incinerar nuclearmente 27 milhões de pessoas na Coreia Popular, Trump classificou o massacre de Las Vegas como "puro mal". **P. 7**

Refis: Câmara estende a corruptos desconto nas dívidas com a União

Só povo paga imposto em dia. Programa serve para grande devedor deixar de pagar

Em votação só dos líderes partidários, a Câmara aprovou com mudanças o programa de refinanciamento de dívidas tributárias, o Refis, para permitir que corruptos parcelem e tenham descontos de dívidas com a União. O governo deu aval para as mudanças, como moeda de troca na tentativa de barrar nova denúncia contra Temer. **P. 2**

Encenação sobre segurança no Rio acaba e o tráfico retoma a Rocinha

Apenas dois dias depois do governo federal anunciar se retirar da Rocinha, novos tiroteios foram registrados na comunidade. A Polícia Militar do Rio de Janeiro confirma que aliados de Rogério 157 e o Comando Vermelho, já controlam a parte alta da comunidade, enquanto a facção Amigos dos Amigos (ADA) controlam a parte baixa. **Página 4**

Conlutas

Plenária sindical amplia força para barrar cortes trabalhistas

Liderada pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), Miguel Torres, a plenária aprovou um manifesto contra os ataques de Temer à CLT e às aposentadorias e definiu um Dia Nacional de Protestos e Paralisações em 10 de novembro. A assembleia contou com cerca de 1,5 mil trabalhadores da indústria de todo o país organizada pelo movimento Brasil Metalúrgico, em São Paulo. **P. 5**

AFP

Para o neoliberal Rajoy, democracia é baixar o cacete

844 feridos – inclusive idosos e mulheres - na repressão do premiê espanhol à votação do plebiscito na Catalunha. **Página 7**

IBGE: Oscilação positiva não muda quadro, desemprego no trimestre está 9,1% maior do que em 2016

Mais de 1,1 milhão de pessoas perderam seus empregos em um ano, segundo pesquisa da PNAD Contínua referente ao trimestre junho-julho-agosto. A população desocupada, estimada em 12 milhões no mesmo trimestre de 2016, cresceu 9,1% este ano. São 13,1 milhões de pessoas desempregadas. **P. 2**

Temer faz MP que reduz imposto de múltis no pré-sal

Pág. 2

Refis inclui perdão das dívidas dos corruptos com o Tesouro

"Inclui a aplicação de multas eleitorais, de desvio de recursos e os débitos de condenações", disse o procurador Marinus Marsico da PGU. "Do jeito que está, tudo está incluído no Refis"

Em votação simbólica na quarta-feira (27/09), a Câmara dos Deputados aprovou com mudanças o programa de refinanciamento de dívidas tributárias, o Refis, para permitir que corruptos parcelem e tenham descontos de dívidas com a União, confirmando a máxima popular de que só pobre paga imposto. O governo deu aval para as mudanças, como moeda de troca na tentativa de barrar nova denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Temer.

A principal mudança ocorreu com a inclusão da Procuradoria-Geral da União. Inicialmente, o Refis referia-se apenas à Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Reportagem de "O Globo" aponta que a inclusão da Procuradoria-Geral da União possibilita que investigados na Lava Jato, por exemplo, possam aderir ao parcelamento a perder vista, redução de juros e multas na hora de ressarcir à União recursos desviados. Segundo o jornal, a alteração de última hora foi feita de tal forma que impede veto sem derrubar inteiramente a MP do Refis.

De acordo com o relator do texto do Refis, deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), a inclusão da emenda pró-corruptos teve aval do Palácio do Planalto para também beneficiar os partidos: "A inclusão da Procuradoria-Geral da União nisso daí foi para permitir que os partidos políticos pudessem fazer o parcelamento das suas multas eleitorais".

Em seu texto final, o relator fez aquilo que se chama legislar em causa própria, uma vez que é sócio de empresas que têm dívidas de cerca de R$ 56 milhões em impostos. Apenas a Companhia Siderúrgica Pitangui, da qual é presidente, tem dívida ativa de R$ 48,7 milhões com a União.

Para Marinus Marsico, procurador da República junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), o Refis trata de refinanciamento de dívidas tributárias, o que não é objeto de atuação da Procuraria-Geral da União, que cuida de dívidas decorrentes da atuação de órgão de controle, ou seja, não de impostos devidos. "Então você não pode anistiar esse tipo de atividade. Ou seja, vai virar algo, digamos, muito propício a que uma pessoa receba recursos públicos para um fim público, não empregue esse dinheiro, não pague, e depois entre no Refis e seja anistiado. É um absurdo", declarou Marsico. "A PGU inclui a aplicação de multas eleitorais, de desvio de recursos e os débitos de condenações", disse Marsico. "Do jeito que está, tudo está incluído no Refis".

Como já havia ocorrido quando da votação da primeira denúncia contra Temer, com a Câmara transformada em um verdadeiro balcão de negócios, a votação do Refis foi usado como moeda de troca para beneficiar Temer na votação da denúncia feita pelo ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot. Inicialmente, o governo esperava arrecadar cerca de R$ 13,3 bilhões, depois reduziu para R$ 9 bilhões com o Refis. Com as concessões feitas pelo governo para agradar os deputados, a estimativa de arrecadação caiu para menos de R$ 4 bilhões. "Foi aprovada uma proposta [pelo Congresso Nacional]. A Receita Federal sinaliza que o impacto é em torno de R$ 5 bilhões [em relação à última estimativa vigente, de R$ 9 bilhões de receita em 2017]. É uma perda significativa", afirmou a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi.

Pelo texto aprovado, os descontos incidentes sobre os juros vão de 50% a 90%, conforme a modalidade escolhida de pagamento da dívida.

Na sexta-feira (29/09), Temer editou nova medida provisória prorrogando o prazo para adesão ao Refis para 31 de outubro. Poderão aderir ao programa pessoas físicas e jurídicas.

Por meio de assessores, Cardoso Júnior declarou ao Estadão: "Estamos prestando um grande serviço à Nação". Haja óleo de peroba.

VALDO ALBUQUERQUE

Agencia Senado

Tucano preside comissão da MP que beneficia petroleiras estrangeiras

Serra defende urgência para isenção às múltis antes dos leilões no pré-sal

Na quarta-feira, 27 de setembro, foi instalada no Senado a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória 795/2017. A MP, publicada pelo governo Temer em 17 de agosto, trata de incentivos fiscais à exploração de petróleo pelas multinacionais.

Para presidir a comissão foi eleito o senador José Serra (PSDB/SP). Notório, entre outras coisas, como o autor da projeto que acabou com a Petrobrás como operadora única e com a participação mínima de 30% na exploração do pré-sal. Serra pediu aos membros da comissão rapidez no exame da matéria.

Ele afirmou que deseja ver a MP aprovada até 27 de outubro, quando Agência Nacional do Petróleo (ANP) realizará a segunda e a terceira rodada de leilões de áreas do pré-sal.

O relator da matéria, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), terá que examinar 46 emendas apresentadas por deputados e senadores, mas prometeu concluir o trabalho o mais rápido possível.

A MP estabelece uma nova tributação para o setor, e o Decreto 9.128/2017, que tem como ponto principal a prorrogação por mais 20 anos do Repetro, regime que suspende tributos federais na área de exploração.

Com o decreto, a vigência do Repetro vai até dezembro de 2040, e não mais só até dezembro de 2020, quando terminaria o programa. Pela MP, tributos como PIS, Cofins e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) serão suspensos.

TRF barra continuidade da venda de Carcará

A liminar que permitia a continuidade da venda do campo de Carcará – considerado o segundo maior poço do pré-sal no Brasil – para a norueguesa Statoil foi derrubado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

A decisão da 5ª Turma – sobre uma entre dez ações populares movidas contra a entrega de 66% do campo para a empresa estrangeira – julgou o aspecto político da venda e deu parecer favorável aos argumentos da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), de que a venda de Carcará fere a soberania do país.

Nos próximos dias, a 4ª Turma irá julgar os aspectos jurídicos do negócio, também questionado pela falta de publicidade e divulgação do edital. A venda do campo foi incluído no Plano de "Desinvestimento" da Petrobrás no governo Dilma. Pedro Parente, indicado de Temer para a presidência da estatal, vendeu para Statoil em novembro de 2016.

Localizado na Bacia de Santos, Carcará detém capacidade de produção de 700 a 1300 milhões de barris de óleo equivalente e é uma das maiores riquezas do pré-sal descobertas no país pela Petrobrás.

Cresce transferência de recursos públicos para pagar juros aos bancos

Até agosto foram desviados mais R$ 271 bi, contra R$ 245 bi no mesmo período em 2016

A economia continua no fundo do poço, a arrecadação em baixa, mas as transferências de recursos públicos para o setor rentista (bancos, fundos e demais parasitas), via gasto com juros, continuam de vento em popa. De janeiro a agosto, foram gastos com juros R$ 271,078 bilhões, o equivalente a 6,26% do Produto Interno Bruto (PIB). Comparativamente, no mesmo período do ano passado foram para o ralo dos juros R$ 254,575 bilhões (6,17% do PIB), segundo números do Banco Central, divulgados na sexta-feira (29/09).

Com esse desperdício de dinheiro público, o que sobra para investimento? Nada. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a formação bruta de capital (FBCF) caiu 5,1% no primeiro semestre, enquanto a taxa de investimento (investimento/PIB) desabou a 15,5%, a menor taxa registrada desde 1996. Sem investimento não há crescimento. É, no mínimo, risível a declaração do ministro da JBS, Henrique Meirelles, de que o país vive um ciclo de crescimento, "o mais longo que vivenciamos nos últimos tempos, na última década ou mais". A temerária declaração foi feita em um evento de tecnologia e comunicação em São Paulo, na segunda-feira (02/10).

Segundo ele, "Mais importante que o crescimento médio é comparar a taxa de expansão do último trimestre de 2017 e 2016. Por essa medida, nosso crescimento [no final de 2017] será superior a 2%, podendo chegar a 2,5%". Conforme o IBGE, no quarto trimestre do ano passado, o PIB caiu 0,9% em relação aos três meses anteriores. Em relação ao quarto trimestre de 2015, a queda do PIB foi de 2,5%. No primeiro semestre deste ano, o crescimento foi zero. Economistas do sistema financeiro, através do boletim Focus, projetam para este uma variação de 0,70% do PIB.

Um dos pontos que apontaria para a retomada do crescimento, segundo Meirelles é a ligeira queda do índice de desemprego de 12,8% no trimestre móvel terminado em julho para 12,6% no trimestre terminado em agosto. Além do fato de ser uma queda residual, continua sendo superior ao trimestre junho-agosto do ano passado, de 11,8%. E mais: a redução de 0,2% no desemprego se deve ao crescimento do trabalho informal. De qualquer forma, no trimestre terminado em agosto, o país tinha nada menos que 13,1 milhões de desempregados – fora os subempregados.

O "crescimento sólido" de Temer/Meirelles redundou no maior índice de rejeição para um governo, superando inclusive o desastre do governo Dilma, do qual Temer fazia parte.

V.A.

Desemprego aumenta 9% no trimestre terminado em agosto frente ao mesmo período de 2016

Mais de 1,1 milhão de pessoas perderam seus empregos em um ano, informam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua referente ao trimestre de junho-julho-agosto. Isso significa que a população desocupada, estimada em 12 milhões de pessoas no mesmo trimestre de 2016, cresceu 9,1% este ano - para 13,1 milhões de pessoas.

Enquanto isso, o governo continua aproveitando qualquer oportunidade para decretar "o fim da recessão". Logo após a divulgação dos dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Temer capitalizou a diminuição da taxa de desocupação em relação ao trimestre encerrado em maio – quando a taxa estava em 13,2% - como agenda positiva e fez propaganda de "boas notícias" na área econômica.

Além de a pesquisa observar um aumento substancial do desemprego em relação ao período que consideram um dos picos da recessão econômica (2016), a diminuição da taxa de desemprego na comparação trimestral só foi possível à custa de estatísticas que apenas confirmam a crise. Os empregos com carteira assinada tiveram variação zero e o contingente de pessoas que ingressaram no mercado informal cresceu (+ 286 mil pessoas na categoria de "empregado sem carteira assinada" e + 472 pessoas na categoria de "trabalhador por conta própria").

PRISCILA CASALE

Parente aprova privatização de 25% a 40% da BR Distribuidora

O Conselho de Administração da Petrobrás aprovou, no dia 27 de setembro, a privatização de 25% a 40% da BR Distribuidora, considerada a "joia da coroa" da estatal. "Um dos ativos mais importantes e que gera o melhor fluxo de caixa para a Petrobrás e que leva combustíveis aos confins do Brasil, lugares onde as outras não vão", sintetizou Fernando Siqueira, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet).

A subsidiária integra o plano de "desinvestimento" desde o governo Dilma, que em 17 de agosto de 2015 anunciou a privatização de 25% da BR. Segundo Aldemir Bendini, então presidente da estatal, a oferta poderia ser "até mais ousada".

Para garantir a privatização e atrair os "investidores", de preferência estrangeiros, no final de agosto, Pedro Parente, atual presidente da Petrobrás, ao aprovar uma reestruturação societária da subsidiária, anunciou a injeção de R$ 6,3 bilhões no capital da empresa, com o objetivo de limpar o balanço da BR, assumindo para a Petrobrás créditos referentes a dívida da Eletrobrás com a BR Distribuidora pelo não pagamento de combustíveis para as térmicas.

Conta de luz terá bandeira vermelha com a cobrança extra de R$ 3,50 em outubro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou na sexta-feira (29) que a bandeira tarifária de outubro vai passar para vermelha patamar 2, isso significa que, além da tarifa mais cara, será cobrada uma taxa extra de R$ 3,50 nas contas de luz para cada 100 kWh consumidos.

No mês de setembro, vigorou a bandeira amarela, quando a taxa extra cobrada foi de R$ 2 para cada 100 kWh de energia consumidos.

Mais uma vez, a culpa é de São Pedro e não do caos que se instalou no sistema com a Medida Provisória 579 de 2012 que lesou a Eletrobrás e suas distribuidoras de energia.

As chuvas de setembro ficaram abaixo da média, logo, a tarifa extorsiva fica por conta da necessidade de se operar mais usinas térmicas com custo de produção mais alto do que o das hidrelétricas.

Como analisa o Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), "não há surpresas". "O sistema de reserva energética definha desde 2012", diz. "Hoje, temos de reserva o equivalente a 1,5 meses de consumo. Claro que daqui a 45 dias não vamos ficar no escuro, pois não somos atendidos apenas pela reserva das usinas. Há térmicas e eólicas, mas a gestão dos reservatórios nos deixou a mercê de altos custos. Podemos afirmar sem medo que, só não estamos em racionamento porque a crise econômica jogou o consumo no mesmo nível de 3 anos passados".

Para Ilumina, "o problema é pagar o preço que pagamos e ainda correr risco significativo. E olhem que usinas da Eletrobras estão praticamente doando energia!!!!"

O repasse para os consumidores dos gastos com as térmicas foi adotado em 2015, no governo Dilma.

"MP do Refis é um tapa na cara da Nação", diz Sindifisco

"A aprovação da MP do Refis é um tapa na cara da Nação", afirmou em nota o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) sobre a votação simbólica no plenário da Câmara dos Deputados, na quarta-feira, 27 de setembro. O novo texto do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória (MP) 783 permite o refinanciamento de dívidas tributárias.

"Maus pagadores de longa data poderão continuar burlando os compromissos que todo cidadão de bem tem com os impostos, mola-mestra da construção de uma sociedade melhor, em qualquer lugar do mundo. Essa MP não é somente um estímulo à sonegação. Impulsiona o prejuízo da arrecadação federal e favorece a concorrência desleal entre as empresas - tornando o ambiente de negócios no Brasil tóxico, para dizer o mínimo", afirma a entidade.

"Entre os abusos aprovados está a permissão para que empresas que tenham débitos de parcelamentos anteriores, e que foram dele excluídos, adiram ao novo Refis. E se voltarem a ser afastadas por não honrarem o combinado, terão direito a discutir as razões da exclusão e não pagarão nada, até que haja uma decisão final. Em resumo, o contribuinte interrompe o fluxo do pagamento das parcelas e tudo bem. Outro privilégio para o mau pagador: para dívidas até R$ 15 milhões, será permitida a utilização ilimitada da base de cálculo negativa da Contribuição Sobre Lucro Líquido (CSLL) e de prejuízo fiscal de exercícios anteriores, inclusive para débitos inscritos em dívida ativa. E quem paga tudo direitinho, como fica, se a lei permite o abatimento do prejuízo gradualmente, limitando o percentual a ser aplicado anualmente?".

Além do mais, destaca o Sindifisco, "a MP prevê a redução de até 90% dos juros, 70% das multas e 25% dos encargos legais. Um delicioso convite à inadimplência; um castigo àquele que cumpre suas obrigações tributárias. A MP 783 é desrespeitosa, cínica. Ou é abortada ou estará confirmado que a Nau Brasil afunda mais rápido do que se possa perceber".

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

PMDB, PT e PSDB hostilizam Supremo para defender Aécio

Energia não pode cobrir rombo do governo

PAULO CÂMARA (*)

O governo federal prepara uma ampla reestruturação do setor elétrico. Mudanças vão da suspensão do regime de cotas de energia, implementado na administração anterior, à reformulação de todo o marco legal do setor, por projeto em vias de ser enviado ao Congresso. Passa também pela privatização da Eletrobras, anunciada em agosto em meio a queixas sobre a realidade da empresa, que seria um cabide de empregos sem utilidade.

Privatizações já não causam polêmica. Todas as forças políticas atuantes no país já promoveram desestatizações. No caso da Eletrobras, porém, é preciso examinar as motivações e contexto. E é preciso abrir o debate e dar visibilidade às implicações, que não são pequenas nem simples.

Foi por pensar assim que os governadores do Nordeste enviaram carta ao presidente Michel Temer (PMDB), no último dia 5. No documento, reconhecemos a gravidade do quadro fiscal e defendemos a busca de soluções. Alertamos, porém, que um setor com tamanho impacto sobre a economia não deve, em hipótese alguma, cobrir deficits no caixa do governo.

Pela política de cotas, cerca de 20% da energia hoje alocada no mercado regulado é vendida por valores entre R$ 40 e R$ 80/MWH. Após uma eventual privatização e a suspensão das cotas de energia, as operadoras que substituírem as empresas do grupo Eletrobras ofertarão a mesma energia a preço de mercado, hoje perto de R$ 200/MWH. Sem contar a insegurança jurídica, com quebra dos contratos em vigor.

Assim, embora o governo negue, a mera suspensão da política de cotas terá como consequência imediata um reajuste na conta de luz que pode variar de 7% a 17%, segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

E a energia elétrica, é bom frisar, tem peso praticamente igual a transporte/combustível na composição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Ou seja, o aumento da tarifa onera todas as cadeias produtivas e chega a ser cruel com os mais pobres.

Quanto à privatização da Eletrobras, mais importante do que os R$ 30 bilhões que se espera arrecadar é o que ocorrerá depois, inevitavelmente. Hidrelétricas são máquinas e água represada. Portanto, quem comprar a Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) estará adquirindo, como contrapeso, o próprio São Francisco, o rio da integração nacional.

Contra isso já se insurgira o ex-governador Miguel Arraes (PE) por meio de carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso (1995) e em artigo publicado nesta Folha (1999).

E contra isso nos posicionamos, mostrando que, consumada a privatização, outros usos da água do Velho Chico - como a irrigação e o abastecimento das cidades da região - estarão limitados por pelo menos 30 anos, mesmo que outras fontes energéticas, como eólica e solar, ganhem peso e permitam a liberação da vazão atualmente comprometida com a geração hidrelétrica.

Para não só criticar, mas também propor soluções, sugerimos a exclusão da Chesf do grupo Eletrobras, transformando-a numa empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, encarregada de coordenar uma política de desenvolvimento regional.

Sua atuação seria financiada com a manutenção da política de cotas e o ajustamento da tarifa em, no máximo, 1,5% -percentual que, segundo especialistas do setor, garantiria a conclusão do plano de obras já contratado com a Aneel os investimentos em fontes alternativas, além do plano de revitalização dos rios energéticos, elaborado pela ANA (Agência Nacional de Águas).

Mas, o mais importante: pedimos diálogo e transparência. É o mínimo antes que medidas tão extremas sejam implementadas.

(*) Governador de Pernambuco. O artigo foi originalmente publicado no jornal "Folha de S. Paulo".

A conversa em que Aécio combina como receber a propina de Joesley

Joesley **- Deixa eu te falar dois assuntos aqui, rapidinho. É...a tua irmã teve lá.**

Aécio **- Obrigado por ter recebido ela lá**

Joesley **- Tá...ela me falou de fazer dois milhões, pra tratar de advogado ...primeira coisa, num dá pra ser isso mais. Tem que ser....**

[...]

Aécio **– Como é que a gente combina?**

Joesley **– Tem que ver, você vai lá em casa ou ....**

Aécio **– O FRED**

Joesley **– Se for o FRED eu ponho um menino meu pra ir. Se for você sou eu. [risos] Só pra...**

Joesley **– Entendeu. Tem que ser entre dois, não dá pra ser...**

Aécio **– Tem que ser um que a gente mata eles antes dele fazer delação [risos]**

[...]

Joesley **– Pronto. Quinhentos por semana pá pá pá. Eu acho que eu consigo. A partir da semana que vem.**

Temer arma escolha de relator na CCJ e provoca um levante entre os tucanos

A escolha do tucano Bonifácio de Andrada (MG) para ser o relator da segunda denúncia contra Temer, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, reacendeu a guerra interna entre governistas e não governistas na bancada do partido.

Os chamados "cabeças pretas" do PSDB estão irritados, assim como ocorreu na primeira denúncia, com a escolha na época do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) para substituir Sergio Zveiter, cujo parecer foi rejeitado, na relatoria.

Os não governistas acusam o presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco (PMDB/MG), de romper um acordo firmado com Ricardo Tripoli (SP), líder do PSDB, de não indicar um tucano para a relatoria – para não expor o partido ainda mais e constranger os deputados que vão votar a favor da autorização para que Temer seja investigado pelo Supremo Tribunal Federal.

Bonifácio bateu o pé e disse que só sairá se o líder do seu partido em acerto com o presidente da CCJ o tirar da comissão. E mais: antecipou seu voto declarando que Temer foi vítima de Joesley Batista, da JBS.

Divulgação/PSDB

Tucano escolhido por Michel Temer

Os "cabeças pretas" do PSDB, integrantes mais jovens da sigla e críticos do governo, avisaram que se ele insistir em continuar na relatoria "a coisa vai desandar". A avaliação deles é que a escolha foi uma articulação do Palácio do Planalto com o senador afastado Aécio Neves (MG).

"A decisão do governo foi para provocar o PSDB e o racha interno, uma decisão que está acirrando os ânimos. E o Rodrigo Pacheco, como presidente da CCJ, de forma alguma poderia ter feito esse jogo combinado com o governo", afirmou o deputado Daniel Coelho (PSDB/PE).

A ala governista alega que obrigar Bonifácio de Andrada a renunciar à indicação para a relatoria é, na prática, a cassação de seu mandato.

Funaro entrega à Lava Jato imagens de reuniões com políticos e assusta Planalto

O doleiro Lúcio Funaro entregou aos investigadores da Operação Lava Jato um disco rígido com imagens de reuniões com políticos e empresários gravadas pelo circuito interno de câmeras de seu escritório em São Paulo. Os registros, que teriam sido feitos nos 18 meses anteriores à sua prisão, podem comprometer ainda mais políticos suspeitos de receber propina por meio dele.

Funaro se comprometeu a entregar o disco rígido e apontar os motivos das conversas que teve com políticos e empresários que o visitavam nas negociações para o acordo de colaboração premiada. Ele é um dos pilares da segunda denúncia contra Michel Temer.

Segundo matéria do jornal "O Globo", a colaboração do operador também atinge dois dos principais ministros do governo, Moreira Franco (secretaria-geral da Presidência) e Eliseu Padilha (Casa Civil), além de pelo menos mais 20 políticos ligados ao ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Reforça ainda as acusações contra o ex-ministro Geddel Vieira Lima, um dos principais ex-auxiliares de Temer.

Funaro confirma que recebeu dinheiro de Joesley Batista, um dos donos da JBS, para permanecer em silêncio. Também aponta o envolvimento do presidente da República e de outros políticos do PMDB, especialmente daqueles mais próximos do ex-deputado Eduardo Cunha, de receberem dinheiro de origem ilegal.

Glaucos reafirma que não recebeu aluguel do apartamento usado por Lula

O juiz federal Sergio Moro deu prazo de cinco dias para que o Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, diga quem visitou o engenheiro Glaucos da Costamarques durante sua internação, entre novembro e dezembro de 2015. Na segunda-feira (2), o juiz atendeu pedido da defesa do engenheiro, que afirma ter recebido uma visita do advogado Roberto Teixeira, amigo de Lula.

Na ocasião, o advogado teria informado que o aluguel do apartamento vizinho ao em que vive Lula, de propriedade do engenheiro, seria pago. Glaucos disse ainda que um depois da visita de Teixeira recebeu o contador João Muniz Leite, que atua com o advogado de Lula, encontro no qual diz ter assinado, de uma única vez, recibos da locação do apartamento entre fevereiro de 2011 e novembro de 2015.

Na terça-feira, 26/09, Glaucos da Costamarques reafirmou ao jornal "Estado de S. Paulo" que é 'verdadeiro' o depoimento que prestou ao juiz federal Sérgio Moro em 6 de setembro. No depoimento, Glaucos disse que não recebeu alugueis pelo apartamento 121, mas que declarou à Receita que houve pagamento. "Não recebi", disse Glaucos.

A defesa de Lula apresentou recibos, mas eles trazem datas inexistentes, erros de português e não englobam todos os meses do período da locação.

Além do período de internação, Moro pede que o hospital informe se mantém registro dos visitantes do paciente, destacando se houve visitas de Teixeira e Leite. O engenheiro é réu ao lado de Lula em ação sobre esquema de corrupção envolvendo oito contratos entre a Odebrecht e a Petrobrás.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), Costamarques é um "laranja" usado pela Odebrecht para a aquisição do apartamento. Ele é primo do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo de Lula, condenado por Moro a nove anos e dez meses de prisão.

Datafolha: Para 54%, Lula deveria ser preso e 89% querem Temer processado pelo STF

Uma pesquisa do Datafolha, divulgada na segunda-feira (2), aponta que 54% dos entrevistados consideram que Lula deveria ser preso com base nas informações reveladas pela Operação Lava Jato. Por outro lado, 40% afirmam que não há motivos para a detenção do petista.

No mesmo levantamento, o instituto registrou que 89% dos entrevistados avaliam que a Câmara dos Deputados deve autorizar o STF a analisar a denúncia por organização criminosa e obstrução de Justiça apresentada contra o presidente Michel Temer (PMDB/SP).

Entretanto, o mesmo Datafolha, numa pesquisa divulgada no sábado, aponta que Lula tem 36% na intenção de voto para presidente em 2018 e que venceria no segundo turno em todos os cenários. Em relação à pesquisa anterior, de junho, Lula teria crescido 6 pontos percentuais. Jair Bolsonaro (PSC) tem, segundo o Datafolha, 16% e Marina Silva (Rede) vem em seguida com 14%.

Paim: Senado tem que acatar a decisão do STF sobre Aécio

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu que Aécio seja afastado do cargo e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o senador tucano - o recolhimento noturno - seja acatada.

"Sou favorável a que se cumpra a decisão do STF. Os ministros não estão nem pedindo a interferência do Senado. Eles apenas decidiram que o senador deve ser afastado e ficar recolhido em sua residência enquanto o processo é julgado", disse o senador, contrariando a posição da executiva nacional do partido, com aval de Lula, que considerou "esdrúxula" e atacou do STF.

"Tivemos casos piores, como o do Delcídio [Amaral, ex-senador do PT], preso, e decidimos também pelo afastamento. Eu voto como votei na questão do Delcídio, pra que se cumpra a decisão do Supremo. É a última instância", lembrou.

O senador declarou que, embora a executiva do PT tenha recomendado apoio a Aécio, cada senador do partido segue a sua consciência. "O partido, a sua Direção Nacional, toma a decisão e faz a recomendação que acha mais adequada. Consequentemente, cada senador vota de acordo com a própria consciência. Mais senadores do PT votarão de acordo com a consciência, a favor da decisão do STF".

FHC manda recado para Aécio e diz que STF decidiu e "é isso"

Em Washington (EUA), Fernando Henrique Cardoso afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) é o guardião da Constituição e tem a "decisão final" no Brasil.

Sem citar o nome do tucano Aécio Neves, FHC disse que o STF "decide e é isso".

A declaração foi feita na quinta-feira (28), pouco antes do Senado aprovar o regime de urgência para a proposta de rejeição da decisão do STF de afastar Aécio e colocá-lo em "recolhimento noturno".

Durante palestra no Wilson Center, FHC observou que: "No passado, quando confrontados com uma crise como a atual, os brasileiros estariam especulando sobre a atitude dos generais de quatro estrelas. Hoje, a maioria de nós nem sabe quais são os seus nomes, enquanto os nomes dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal são nomes familiares".

Para FHC, "é melhor ter problemas para ajustar o Supremo Tribunal Federal do que ter problemas para colocar os militares de lado".

Senado quer desautorizar o Supremo Tribunal Federal e permitir que Aécio Neves fique impune

Aécio Neves – para usar uma expressão do falecido ministro Teori Zavascki - é o pejorativo de um Senado que já é pejorativo. Com 44 senadores investigados pela Operação Lava Jato ou equivalentes, Aécio consegue estar, e com prazer, na janela do prostíbulo em que se tornou a vida política do país.

Exatamente por isso, ele serve para expor, em toda a crueza, o que são as organizações criminosas, como o PMDB, o PT e o PSDB, que o defendem - porque estão defendendo o seu próprio roubo, ou, para ser preciso, estão defendendo o que já roubaram do povo, do país, e o que ainda pretendem roubar, se não forem removidos e conduzidos ao lugar que é adequado aos criminosos.

Talvez por conhecer melhor o elemento – que, aliás, ainda é o seu presidente nacional – o PSDB era, entre as quadrilhas, a que menos se empenhava na defesa da impunidade de Aécio. Mas o mandado de segurança impetrado por sua direção nacional, na prática exigindo que o STF anule a decisão sobre Aécio, sob pena (?) de derrubar a decisão no Senado, fez com que retornasse à vala comum da patifaria. Antes, pelo menos, achava embaraçoso ter, como cara pública, a de Aécio Neves.

MEDIDAS CAUTELARES

Qual a diferença entre o PMDB, o PT, o PSDB - e outros assemelhados de menor porte?

Que diferença – moral, ideológica – há entre Temer, Aécio e Lula quando o PT afirma, em nota oficial que "*não existe a figura do afastamento do mandato por determinação judicial*"?

Essa é uma questão decidida desde o afastamento de Cunha de seu mandato de deputado. Como escreveu o ministro Zavascki, em maio de 2016, o fato da Constituição estabelecer algumas exceções para os parlamentares (essencialmente, o foro privilegiado e a proibição de que sejam presos, exceto em caso de flagrante de crime inafiançável), não livra os parlamentares de cumprir as demais leis do país – inclusive o Código de Processo Penal, que determina:

"*Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:*

(...)

"II – proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;

"III – proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;

"IV – proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;

"V – recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;

*"VI – **suspensão do exercício de função pública** ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;"*

O que o PT está defendendo - quando diz que "não existe a figura do afastamento do mandato por determinação judicial" - é que os parlamentares estão acima das leis, da Justiça e dos outros brasileiros.

Nem mesmo comove o PT – ou a comoção é para acoitar Aécio, com medo de que a próxima seja a proeminente lavajatista Gleisi Hoffman, sua presidente - o fato de que as acusações contra Aécio Neves estão provadas (como disse o ministro Fux, "***aqui não há uma dúvida razoável**. Foi identificada a voz do senador, foi filmado o intermediário indicado para receber o dinheiro e, na verdade, essa é uma conduta que se revelou a todos nós incompatível (...). E sob o prisma republicano as provas apresentadas eram muito contundentes no tocante a essa questão da exigência da moralidade no exercício do mandato. As pessoas processadas em razão de fatos graves não podem agir como se nada estivesse acontecendo e o Poder Judiciário não pode ser complacente com uma situação dessas*").

Ou, no voto do ministro Barroso: "Os indícios de materialidade e autoria dos delitos apontados na denúncia são substanciais".

Em seu voto pelo afastamento de Cunha, o ministro Zavascki citou uma jurista, que escreveu:

"A Constituição não diferencia o parlamentar para privilegiá-lo. Distingue-o e torna-o imune ao processo judicial, e até mesmo à prisão, para que os princípios do Estado Democrático da República sejam cumpridos; **jamais para que eles sejam desvirtuados**. Afinal, **o que se garante é a imunidade, não a impunidade**. Essa é incompatível com a Democracia, com a República e com o próprio princípio do Estado de Direito" (grifos nossos).

A autora é a atual presidente do STF, Cármen Lúcia.

Aliás, a melhor definição do que aconteceu – e ainda acontece – no Senado, após o STF ter afastado Aécio Neves, foi também de um jurista, Modesto Carvalhosa:

"Há uma união novamente das facções para que todas se defendam, com o medo evidente de que essa medida meramente cautelatória, conservadora e leve possa afetar outros senadores. A polícia está chegando perto das facções e elas se unem. É mesma coisa que ocorre nas comunidades do Rio de Janeiro."

Com efeito, a decisão do STF, proposta pelo ministro Luís Roberto Barroso, limitou-se a restabelecer as medidas cautelares já determinadas pelo relator do processo, ministro Luiz Edson Fachin ("*suspensão do exercício das funções parlamentares ou de qualquer outra função pública; proibição de contatar qualquer outro investigado ou réu; e proibição de se ausentar do País*") e a acrescentar mais uma ("*recolhimento domiciliar no período noturno*").

Todas essas medidas são **cautelares**, isto é, para impedir que Aécio continue a praticar crimes e contravenções ao abrigo do mandato – e, também, para que não possa usar do poder que tem como senador para apagar seus próprios rastros nos crimes que já cometeu ou venha cometer.

E todas essas medidas são previstas pelo Código de Processo Penal, ao qual os senadores estão sujeitos, tanto quanto qualquer cidadão.

Mas, o que querem fabricar é um senador acima das leis e do poder da Justiça. Para quê? Para roubar impunemente o país, assim como fizeram nos últimos anos.

LIMPEZA

Outro jurista apontou o seguinte:

"O STF só decretou o afastamento do senador depois que a Comissão de Ética do Senado arquivou liminarmente o pedido de punição. Mais: tampouco o senador foi expulso do PSDB, que continua majoritariamente conivente com a corrupção dos seus caciques eticamente escroques. (...) Não constitui nenhum tipo de abuso afastar das funções públicas (Código de Processo Penal, artigo 319) quem representa um perigo sério para o erário. O Judiciário, quando afasta um parlamentar por corrupção, não está interferindo indevidamente nas funções legislativas. Ao contrário, está protegendo-as. Quando o Judiciário tira um ladrão de dentro do Parlamento não o enfraquece, ao contrário, o fortalece. Se o Senado brasileiro não fosse majoritariamente um antro de ladrões e quadrilheiros da República, ele seria agradecido à 1.ª Turma [do STF], pela limpeza que está tentando fazer" (cf. Luiz Flávio Gomes, "*Senado está errado no caso do afastamento de Aécio*", OESP, 02/10/2017).

CARLOS LOPES

Temer encerra encenação na Rocinha e violência continua

Crime organizado comemora a retomada da favela e a população permanece no meio do fogo cruzado

Apenas dois dias depois do governo federal, na figura de Raul Jungmann, ministro da Defesa, anunciar a retirada das tropas das Forças Armadas da Rocinha, novos tiroteios foram registrados na comunidade. A Polícia Militar do Rio de Janeiro confirma que aliados de Rogério 157, já controlam a comunidade.

A saída das Forças Armadas da favela aconteceu de forma repentina e causou estranhamento em todos, já que, o governo Temer havia comemorado a "pacificação" da Rocinha e, segundo Jungmann, não havia data para a saída dos soldados, que mantinham posições na parte baixa e no entorno da favela.

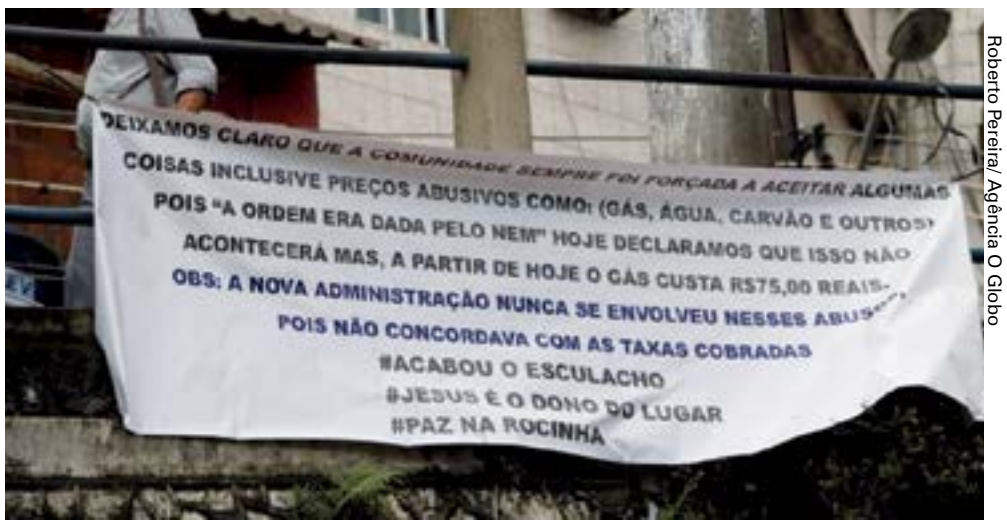
O governo Temer, que não poupou cerimônias para anunciar a intervenção na comunidade, se retirou do campo assim que o assunto deixou de ser manchete nos jornais. Sem qualquer proposta de apoio ou ação junto à comunidade ou à Polícia Militar, que, mesmo sem recursos, deve patrulhar a região, Temer mantém o Rio de Janeiro no caos.

Na Rocinha, cartazes espalhados pela comunidade anunciavam que a favela estava com uma "nova administração", a do traficante "Rogério 157", que rompeu com seu aliado "Nem da Rocinha" e a facção ADA (Amigos dos Amigos) e se juntou ao Comando Vermelho. Segundo a PM, Rogério 157 controla a parte alta da favela, enquanto aliados de Nem estão na parte baixa.

CRISE

O governo de Luis Fernando Pezão (PMDB) afirmou que a PM irá reforçar a atuação na Rocinha e que 700 militares serão deslocados para a região. Para o presidente da Associação de Praças da PM-RJ, Vanderlei Ribeiro, não há estrutura para os policiais do estado combaterem o tráfico e protegerem a população.

"Os policiais estão desgastados. Trabalham numa carga horária excessiva, estão mal equipados. As viaturas não tem combustível e tem problemas mecânicos. As armas e as munições são velhas. A situação dos policiais é fragilizada", disse Vanderlei Ribeiro.



Roberto Pereira/ Agência O Globo

Faixas estendidas pela comunidade anunciam "a nova administração"

Pezão defende Cabral e diz que "só assinava" as licitações quando era seu secretário de Obras

O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB) prestou depoimento na 7ª Vara Criminal da Justiça Federal do Rio de Janeiro, nesta segunda-feira (2), como testemunha de defesa do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB). O depoimento foi referente ao processo de organização de cartel na licitação do "PAC das Favelas".

O governador disse ao juiz Marcelo Bretas, se considerar amigo íntimo de Sérgio Cabral, e negou que tenha feito o favorecimento de empresas durante a gestão do ex-governador. Quando questionado sobre a formação de cartel nas obras do governo do estado, Pezão afirmou que, apesar de, na época ocupar o cargo de secretário de Obras, não analisava os recursos, e sim os funcionários da pasta.

"Eu só assinava no final. O órgão que cuidava das licitações era subordinado ao subsecretário Hudson Braga [...] [Tinha] Confiança plena nas pessoas e nos técnicos que estavam ali embaixo. Hudson e outros três, quatro subsecretários, todos subordinados a mim. Um mais ligado à infraestrutura, outro a saneamento, outra a habitação. Eu atuava mais como coordenador, fazendo a ligação com Brasília. Vencendo as burocracias, junto da ex-presidente Dilma, à época na Casa Civil, para tocar as obras", declarou.

Pezão também disse que o governo do estado está fazendo auditorias nas obras do PAC das Favelas e de reforma do Maracanã. Auditoria da CGU apontou que as obras tiveram um sobrepreço de 20%, e custaram R$ 1,1 bilhão.

Quem comanda as auditorias do governo é o presidente da Empresa de Obras Públicas do Rio (Emop), Icaro Moreno, réu no processo no mesmo processo, que justamente apura o cartel e a fraude nas licitações dessas obras.

Apesar disso, Pezão não vê problemas em Moreno ser o responsável pelas auditorias. "Ele (Icaro) é dedicado, tem consciência do que fez. Ele é um técnico super íntegro de mais de 35 anos de serviço público", declarou Pezão.

Esse é o terceiro depoimento que Pezão presta como testemunha de defesa de Cabral, ele já havia falado ao juiz Sergio Moro, em Curitiba, e outra vez a Bretas, no Rio.

Ao sair do depoimento, o governador disse que a condenação de seu antecessor foi "excessiva", e que acredita que Cabral irá conseguir reduzir as penas após recorrer às instâncias superiores. Cabral responde a 14 inquéritos pelos crimes de corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro entre outros, e já foi condenado em dois deles. Por enquanto, a soma das penas é de 59 anos e 4 meses.

Alexandre de Morares deve julgar retorno de traficantes para o Rio

Um dia antes da saída das Forças Armadas da Rocinha, a Defensoria Pública da União (DPU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) um habeas corpus coletivo que pode trazer de volta para o Rio membros do crime organizado que estão cumprindo pena em presídios federais. São 55 criminosos que podem se beneficiar do pedido.

O defensor público federal Anginaldo Oliveira Vieira alega que a lei estabelece que os detentos devem ficar no máximo 360 dias cumprindo penas em presídios federais, podendo ser prorrogado por mais 360. O habeas corpus é solicitado para todos que estão há mais de dois anos nestas cadeias, que têm regime de isolamento de 22 horas por dia.

55 presos do Rio estão há mais de dois anos em presídios federais. Os criminosos representam quase 30% de um total de 185 detentos que está acima do tempo permitido por lei.

Um dos traficantes que pode ser beneficiado caso o STF aceite o pedido da DPU é o próprio Nem da Rocinha. Um dos pivôs da guerra na favela, Nem está no presídio federal de Porto Velho, em Rondônia.

No STF, o pedido da DPU caiu nas mãos do ministro Alexandre de Moraes, que deverá decidir se concede ou não o habeas corpus.

CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Afastamento de Aécio

Fatos pitorescos da política nacional: PT, Temer, Renan e o político de toga Gilmar Mendes se unem contra o Supremo por afastar Aécio Neves (PSDB-MG) do mandato. A decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal de afastar Aécio do mandato e a obrigação de permanecer em casa à noite provocou reunião inusitada de "forças políticas antagônicas" em defesa do tucano. O que está por detrás disso? O PT, visceral adversário do PSDB, distribuiu nota incitando o Senado a contrapor o Supremo. E o ministro Gilmar Mendes, que não integra a Primeira Turma, disse que a decisão "não tem respaldo na Constituição". Lamenta-se a solidariedade de parlamentares que se mostraram afoitos por reprovar a punição estabelecida pela Suprema Corte ao senador Aécio Neves. A rebeldia do Senado não tem apoio da sociedade. Ademais, os parlamentares não são cidadãos acima de nenhuma lei e nem têm imunidade absoluta por seus atos. A situação dentro do Congresso é tão grave, a ponto de o deputado Celso Jacob, condenado pelo STF a 7 anos e 2 meses de prisão, continuar a trabalhar na Câmara sem que esta, até agora, tenha tomado providência para propor a cassação de mandato do parlamentar indecoroso. O país está precisando erradicar políticos corruptos, que debocham da sociedade e ainda contam com apoio de outros indignos parlamentares.

Júlio César Cardoso - Balneário Camboriú, SC

CNBB Nordeste repudia a privatização da Chesf

Os bispos que compõem o Regional NE2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), formado pelas províncias eclesiásticas de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte se manifestaram na última sexta-feira (19), contra a privatização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf).

Para os bispos a privatização da companhia causará danos irreparáveis ao meio ambiente e à sociedade, afetando especialmente as populações ribeirinhas, agricultores familiares. "Somos contra todas as privatizações que estão acontecendo. A Chesf tem que continuar sob domínio do governo", afirmou o arcebispo de Olinda e Recife, dom Fernando Saburido.

A Chesf usa água do Rio São Francisco, que tem um uso múltiplo já que é utilizada para o uso humano, para a produção agrícola através da irrigação, para a agricultura familiar, para a pesca artesanal e para a geração de energia elétrica. Para os defensores da Chesf, todos esses recursos estão em risco em nome do lucro.

Além disso, o São Francisco acumula 70% da disponibilidade hídrica do Nordeste do país e do norte de Minas Gerais, de acordo com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF).

Nióbio: recurso mineral estratégico é alvo da cobiça do imperialismo

A oferta de nióbio está praticamente toda nas mãos das duas gigantes privadas que exportam o minério ao menor preço possível. O Brasil detém 98% das reservas de nióbio conhecidas e em 2014 respondeu por quase 94% da produção global

ULDURICO PINTO*

Um metal raro no mundo, mas abundante no Brasil, considerado fundamental para a indústria de alta tecnologia e cuja demanda tem aumentado nos últimos anos, tem sido objeto de controvérsia sobre a dimensão da sua importância para a economia mundial e do seu potencial para elevar o Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Trata-se do nióbio, elemento químico usado como liga na produção de aços especiais e um dos metais mais resistentes à corrosão e a temperaturas extremas. É considerado um recurso estratégico, um dos metais mais raros do mundo e um insumo essencial para a indústria de alta tecnologia, de óleo e gás, naval e automotiva. Atualmente, o nióbio é empregado em automóveis, turbinas de avião, gasodutos, em tomógrafos de ressonância magnética, na indústria aeroespacial, bélica e nuclear, além de outras inúmeras aplicações como lentes óticas, lâmpadas de alta intensidade, bens eletrônicos e até piercings.

O problema é que a oferta de nióbio está praticamente toda nas mãos das duas gigantes privadas que operam no Brasil, sem a articulação de uma política de desenvolvimento de um parque industrial nacional consumidor de nióbio.

O Brasil detém 98% das reservas de nióbio conhecidas do mundo, e em 2014 respondeu por quase 94% da produção global, seguido por Canadá e Austrália. As reservas brasileiras possuem 842,4 milhões de toneladas. As maiores estão localizadas em Araxá (Minas Gerais), com 75% das reservas; Amazonas, com 21%; e Catalão (Goiás), com 3%.

Atualmente, o metal é o 3º item mais importante da pauta mineral de exportação. EUA, Europa e Japão são 100% dependentes do nióbio brasileiro. Ou seja, se o Brasil parasse de produzir ou vender nióbio hoje, isso geraria certamente um caos.

Toda a produção brasileira de nióbio está concentrada nas mãos da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), controlada pelo grupo Moreira Salles, e da Mineração Catalão de Goiás, controlada pela britânica Anglo American. Maior empresa produtora do metal do planeta, a CBMM tem capital 70% nacional, sendo que os 30% restantes pertencem a consórcios asiáticos. Com a produção restrita a dois grupos econômicos no Brasil, é evidente que o interesse é exportar o nióbio do Brasil ao menor preço possível. Calcula-se que o país poderia ganhar até 50 vezes mais o que recebe atualmente com as exportações de ferro-nióbio caso ditasse o preço do produto no mercado mundial e aumentasse o consumo interno do mineral.

O valor cobrado pela exportação do nióbio no Brasil é ínfimo. O preço médio de exportação de ferro-nióbio subiu de 13 dólares o quilo em 2001 para 32 dólares em 2008. Em 2012, a média ficou em 26,5 dólares o quilo. Como os preços são negociados diretamente entre o comprador e o vendedor, e não em bolsas, e como as produtoras possuem subsidiárias em outros países, existem fortes suspeitas de subfaturamento.

O fato é que o monopólio da oferta ainda não resultou numa política específica para o nióbio no Brasil ou programa voltado para o desenvolvimento de uma cadeia industrial que vise agregar valor a este insumo que praticamente só o país oferece. O que se esperaria é que o Brasil tivesse uma estratégia muito bem definida por se tratar de uma matéria-prima fundamental para as indústrias de tecnologia de ponta e que poderia alavancar o desenvolvimento do país, tornando-o uma potência nas indústrias tecnológica e aeroespacial.

Tivesse o país evoluído nos últimos 59 anos, a economia teria se diversificado para patamares crescentes de intensidade tecnológica e, como no quartzo para os chips e a eletrônica avançada, o nióbio estaria sendo utilizado, em grande escala, nos bens de altíssimo valor agregado. Além de fonte para a indústria aeroespacial, automobilística e energética, as jazidas de nióbio produzem como subproduto as chamadas terras-raras. Consideradas por muitos "o ouro do século XXI", são metais extremamente magnetizáveis, condutores de calor e eletricidade, perfeitos para a fabricação de produtos de alta tecnologia, como superimãs, lâmpadas de led e chip. Em alguns países do mundo, a existência do nióbio e das terras-raras seria suficiente para a formulação de um polo de desenvolvimento. Integraria, assim, a extração mineral às indústrias aeroespacial e tecnológica. Com base no mineral, o país poderia fazer uma fortuna exportando minérios.

O percentual brasileiro da oferta do nióbio é muito maior que a de todos os membros da OPEP, juntos, no tocante ao petróleo. O governo poderia criar a Bolsa do Nióbio e defender seus preços. Assim, o país ganharia centenas de vezes mais ao fabricar bens de elevada tecnologia, competitivos, livres dos cartéis e de grupos concentradores.

A chamada "questão do nióbio" não é um assunto novo. Um dos seus porta-vozes mais ilustres foi o deputado federal Enéas Carneiro, morto em 2007, que alardeava que só a riqueza do mineral seria o suficiente para lastrear toda a riqueza do país. O nióbio foi relacionado até com o mensalão, após o empresário Marcos Valério afirmar na CPI dos Correios, em 2005, que o Banco Rural conversou com José Dirceu sobre a exploração de uma mina de nióbio na Amazônia. O quase monopólio brasileiro da produção desperta a cobiça e a preocupação de outros países, pois ninguém gosta de depender de um único fornecedor. Em 2010, um documento secreto do Departamento de Estado americano, vazado pelo site WikiLeaks, incluiu as minas brasileiras de nióbio na lista de locais cujos recursos e infraestrutura são considerados estratégicos e imprescindíveis aos EUA.

Extração de nióbio na região de Araxá (MG) , controlada pelo grupo Moreira Salles

Mais recentemente, o nióbio voltou a ganhar os holofotes em razão da venda bilionária de uma fatia da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) para companhias asiáticas. Em 2011, um grupo de empresas chinesas, japonesas e sul coreana fechou a compra de 30% do capital da mineradora com sede em Araxá (MG) por 4 bilhões e dólares.

Décadas atrás, a União cedeu a jazida de Araxá ao Estado de Minas. Este, depois de mais de trinta anos de concessão à CBMM, renovou-a, em 2003, por mais 30 anos, sem licitação. A renovação ocorreu logo após a posse do então governador, hoje senador Aécio Neves. Depois da renovação, a empresa vendeu 15% de seu capital a um fundo coreano, que representa investidores não identificáveis. Dessa forma, o nióbio, riqueza que poderia significar a redenção da economia mineira e nacional, foi entregue, por meio de operação bilionária e ilegal, à empresa estatal japonesa Japan Oil, Gas and Metals National Corporation, em parceria com um fundo de investimento que representa os interesses da China.

Uldurico Junior-PV, deputado federal mais novo do Brasil, tem defendido a valorização e exploração desses recursos estratégicos. O deputado costuma dizer que o país deveria ter maior controle sobre suas reservas de nióbio e afirma que não basta ter jazidas gigantes se o entreguismo e a traição aos interesses do Brasil as estiverem tornando cobiça estrangeira e vergonha nacional.

O governo anunciou este ano mudanças nas regras do setor de mineração. Entre as medidas estão a mudança nas alíquotas dos royalties cobradas de algumas áreas do setor mineral. Elas começam a valer a partir de novembro. O nióbio passará de 2% para 3%. Apesar da alteração, isso pouco irá melhorar a situação, pois mesmo assim as taxas cobradas continuam vergonhosamente baixas. Assim como a Vale do Rio Doce deixou apenas buracos em Minas Gerias, a CBMM corre o risco de ir pelo mesmo caminho, deixando apenas buraco no lugar que deveria trazer desenvolvimento, pois os impostos e taxas são baixíssimas, com a cotação internacional do metal sendo ditada pelo cartel das empresas que dominam o setor.

O deputado salienta que a pouca arrecadação traz resultados pífios para a saúde, estrutura, educação e outras necessidades do povo brasileiro.

Além das negociatas econômicas em torno do nióbio, esse metal tem outro motivo para ser bastante cobiçado entre as nações: pode ser utilizado para fabricação de bombas nucleares e artigos para auxiliar a produção de armas de destruição em massa. Portanto, é um grande risco o que pode acontecer com o mundo caso nossa produção de nióbio caia em mãos erradas. Precisamos tomar cuidado para não acabarmos sendo o pivô principal de uma iminente Terceira Guerra Mundial. O assunto é muito sério e pode acarretar numa grandiosa corrida armamentista rumo ao maior conflito de todos os tempos.

**Uldurico Pinto, médico, Constituinte, deputado federal por 3 mandatos e membro da executiva nacional do PPL*

Plenária une trabalhadores da indústria contra 'reforma ilegal'

Diversas categorias participaram da plenária nacional em defesa de direitos

Assembleia dos metalúrgicos reuniu 1,5 mil e aprovou mobilização em novembro

Cerca de 1,5 mil trabalhadores da indústria de todo o país participaram na sexta-feira, 29, da Plenária Nacional organizada pelo movimento Brasil Metalúrgico, em São Paulo, contra a retirada de direitos dos trabalhadores pretendida pela "reforma trabalhista" e contra a reforma da Previdência.

Comandada por Miguel Torres, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a plenária aprovou um manifesto (leia na íntegra nesta página) e definiu por um Dia Nacional de Protestos e Paralisações em 10 de novembro, véspera da entrada em vigor da "reforma trabalhista".

A assembleia contou com a presença de sindicatos de todo o país, entre metalúrgicos, petroleiros, trabalhadores da indústria química, naval, alimentação, metroviários, eletricitários, construção civil, dos Correios e aposentados, e das centrais sindicais Força, CUT, CSP-Conlutas, CGTB, CTB e Intersindical.

"A unidade das centrais sindicais deve passar pela unidade das categorias pela base. Precisamos construir uma pauta de lutas para fazer frente a essas reformas e outras que estão por vir como a da Previdência. A resistência é o único caminho. A luta faz a lei, senão não há lei que favoreça os trabalhadores", convocou Miguel Torres durante a Plenária.

Os trabalhadores reforçaram a mobilização pela defesa dos direitos conquistados reafirmando que não aceitarão acordos coletivos com os conteúdos expressos na lei de Temer, que foi, inclusive, fortemente vaiado durante o encontro, alvo de um sonoro "Fora, Temer. Fora, Temer".

Para o presidente da CGTB, Ubiraci Dantas, o Bira, "muitos diziam que, ao ser aprovada, a reforma trabalhista já estava dada, mas não contavam com a força do trabalhador. Hoje estamos demonstrando que os trabalhadores estão preparados para resistir a essa lei e fazer uma verdadeira desobediência civil".

Luiz Carlos Prates, o Mancha, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, lembrou das grandes mobilizações dos trabalhadores, como a Greve Geral de 28 de abril e a Marcha 'Ocupa Brasília'. "Nossa campanha Brasil Metalúrgico já está surtindo efeitos e já há acordos conquistados que proíbem a reforma trabalhista e seus efeitos, como a terceirização, e garantem a renovação das cláusulas sociais. Mas sabemos que uma só categoria não basta. É preciso construir uma Greve Geral que envolva toda a classe trabalhadora", disse.

A plenária foi encerrada com uma passeata que percorreu parte da Avenida Cruzeiro do Sul até as proximidades do Shopping D. Com muita energia, aos gritos de "Greve Geral, essa lei é ilegal", os manifestantes chamaram a atenção de quem passou pelo local e deram uma demonstração do que vem por aí. O presidente da Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal), Marcelino Rocha, afirmou: "a unidade e resistência devem ser nosso motor de luta contra a agenda regressiva de Temer. Não aceitaremos a retirada de direitos, por isso, vai ter luta!", alertou.

Zé Maria, da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, defendeu a construção de uma nova Greve Geral: "É uma luta que se dá agora nas campanhas salariais em torno do lema 'Nenhum Direito a Menos', mas que precisa se transformar numa luta nacional de toda a classe trabalhadora. Vamos sacudir esse país no dia 10 de novembro com manifestações, greves e protestos, e avançar em nossa luta para construir uma Greve Geral que revogue a reforma trabalhista, barre a da Previdência e dê um basta neste governo e Congresso corruptos".

Atnágoras Lopes, da CSP-Conlutas, apontou que "com sua luta e ação direta, os trabalhadores podem transformar esse país. Como dirigentes, nosso papel é honrar os 23 milhões de desempregados, botar pra fora esse governo canalha e todos os corruptos do Congresso Nacional. Aqui está a classe trabalhadora organizada e que tem tradição de luta. No dia 10, vamos fazer um grande dia nacional de luta e forjar uma nova greve geral nesse país".

Manifesto: "Nossa luta vai desfazer essa lei"

Os dirigentes sindicais e os trabalhadores do setor da Indústria, reunidos em Plenária Nacional convocada pelo movimento Brasil Metalúrgico e realizada no dia 29 de setembro de 2017, em São Paulo, aprovam o seguinte documento: "Um chamado à luta dirigido à classe trabalhadora brasileira"

O Brasil vive momentos dramáticos. Os trabalhadores e todo o povo brasileiro estão pagando um preço muito alto pelos desmandos de um governo e um Congresso envolvidos profundamente em inúmeros e escandalosos casos de desmandos e corrupção, inéditos em nossa História.

Frente à gravíssima crise econômica e política que castiga o País, as autoridades de Brasília simplesmente dão as costas para o povo, preocupando-se, somente, em levar a cabo um projeto de poder excludente e violento, que retira da população as condições mínimas de uma vida decente.

Para concretizar este objetivo odioso, o governo, atendendo interesses do capital financeiro nacional e estrangeiro e do grande empresariado que não tem compromissos com o País, coloca o Brasil à venda, através de uma política de privatização de empresas públicas e alienação de setores estratégicos da economia.

Com decisões equivocadas e alheias aos interesses da Nação, a política econômica do governo aniquila e desnacionaliza a produção industrial, fazendo o País retroceder a um papel de mero exportador de produtos primários, condição que ostentávamos século atrás.

Além da evidente perda da soberania nacional, a crise econômica, pano de fundo de todo este processo, dizima milhões de empregos. Neste caminho de desconstrução do País e de desprezo total pelos interesses e direitos dos trabalhadores, o governo, apoiado por uma base parlamentar desonesta e entreguista, encaminha e aprova, a toque de caixa e sem nenhuma consulta à população, as reformas trabalhistas e da Previdência Social, que vão empobrecer milhões de brasileiros e jogar outro tanto para abaixo da linha da pobreza.

O povo não irá aceitar esta imposição. Os trabalhadores brasileiros, organizados em suas entidades de classe, vão resistir e lutar contra as reformas ultrajantes de um governo repudiado por 97% da população. O trabalhador não é responsável pela crise nas finanças públicas, muito menos pela recessão da economia e, ao longo da história, já fez sacrifícios demais. Recusamo-nos a pagar mais esta conta.

Todos os direitos trabalhistas e previdenciários que hoje usufruímos foram conquistados com luta e com muito sacrifício de nossos antepassados. Agora é a nossa vez de lutar para mantê-los e não condenar nossos filhos e netos a viverem em um mundo pior do que este em que vivemos hoje.

Este é o desafio que está posto. Aprovaram uma lei para sacrificar o povo em benefício de empresários, banqueiros e políticos corruptos. Cabe, então, aos trabalhadores, com a sua luta, desfazer esta lei.

NOSSA LUTA

- Contra a Reforma Trabalhista
- Pelo fim da Terceirização
- Contra a Reforma da Previdência Social
- Contra as privatizações e em defesa do patrimônio público
- Por empregos de qualidade para todos e todas
- Contra a desindustrialização e desnacionalização da indústria
- Em apoio à luta dos servidores públicos
- Pela unidade e fortalecimento das campanhas salariais em todo o País
- 10 de Novembro - Dia Nacional de Luta e Defesa de Nossos Direitos! Com greves, paralisações e manifestações

Manifestação em frente ao Piratini exigiu o pagamento de salários

Rio Grande do Sul: servidores ocupam as ruas em manifestação contra assalto aos salários

Os servidores públicos de diversas categorias do Rio Grande do Sul realizaram, na sexta-feira (29), no centro de Porto Alegre, protesto histórico contra a humilhação imposta pelo governo de José Ivo Sartori (PMDB) e o atraso nos salários há 22 meses.

A manifestação reuniu cerca de 40 mil pessoas que, por volta das 14h, tomaram o Largo Glênio Peres e, em seguida, rumaram para o Palácio Piratini.

O fato de, por decisão do governo Sartori, todos os servidores com salários acima de R$ 1.750 não terem recebido seus vencimentos foi tema de muitos protestos na manifestação. Só no caso dos professores, o pagamento até R$ 1.750 significa que 53% da categoria não recebeu nada de salário.

"Essa medida é uma tentativa de dividir os servidores, porque vai continuar prejudicando. Não quer dizer que quem ganha mais que a faixa definida para pagamento vai conseguir se manter por mais dias pagando multas", critica o presidente da Federação Sindical dos Servidores do Rio Grande do Sul (Fessergs), Sérgio Arnoud.

A presidente do Sindicato dos Professores do Estado (Cpers), Helenir Aguiar Schürer, lembrou que os servidores da educação completaram nesta sexta-feira 24 dias de greve e decidiram, em assembleia no Gigantinho, continuar a greve até que os salários sejam pagos integralmente em dia. "Certa vez disseram ali naquela outra Casa (o Legislativo) que tinha meia dúzia de servidores protestando na praça. Venham aqui contar agora quantos têm", desafiou. "Não aceitaremos a política do arrocho e da entrega do patrimônio público e das riquezas do Estado", acrescentou.

Os servidores da área da segurança pública, especialmente da Polícia Civil e da Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) participaram em grande número do ato.

Presidente do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul (Ugeirm Sindicato), Isaac Ortiz afirmou que o governo Sartori está "destruindo o Estado". "Já atingimos a marca de 7.133 homicídios neste governo do PMDB. Não podemos aceitar que eles sigam destruindo o nosso Estado".

Participam da mobilização junto com os servidores, os estudantes ligados à União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES) e da União Metropolitana dos Estudantes Secuntaristas de Porto Alegre (UMESPA). "Nós estudantes estamos nos somando a este ato, fortalecendo a greve dos servidores públicos dizendo não ao parcelamento do Sartori", disse Marcos Prestes, presidente da UGES.

O governador Sartori anunciou na terça (26) que decidiu pagar indenização aos servidores pelo atraso. Serão R$ 68 milhões, se Assembleia Legislativa aprovar, diz o Governo.

Para os servidores a proposta é insuficiente e na prática não indeniza de verdade os trabalhadores. "E aqueles servidores públicos que entraram no rotativo do cartão de crédito? E aqueles que tiveram que pegar empréstimos com juros maiores? E aqueles que deixaram de pagar contas, o financiamento da casa? O juro foi bem maior! Mais uma vez, esse Governo não está sendo claro e tampouco está trabalhando com seriedade", afirmou Guilherme Toniolo, vice-presidente do Sindicato dos Técnicos-Científicos do Rio Grande do Sul (Sintergs).

Justiça do Trabalho concede liminar a Sindicato e proíbe governo do Rio de privatizar Companhia de Água

A 57ª Vara da Justiça do Trabalho do Rio (TRT -RJ) concedeu, na última sexta-feira (29), liminar favorável ao Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região (Sintsama-RJ), determinando a suspensão imediata da privatização da Companhia de Águas e Esgotos (Cedae), aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

"Para que fique bem claro, os Réus estão proibidos de praticar quaisquer atos de privatização ou que comprometam o patrimônio da CEDAE sem antes ofertar aos seus empregados, em igualdade de condições, a assunção da empresa sob a forma de cooperativas", destacou em sua decisão, a juíza Maria Gabriela Nuti. Em caso de descumprimento, o Estado do Rio pode pagar uma multa de R$ 500 mil por dia.

O parágrafo 4º do artigo 68 da Constituição Estadual prevê que "na hipótese de privatização de empresa pública ou sociedade de economia mista, mediante expressa autorização legislativa, seus empregados terão preferência, em igualdade de condições, para assumi-las sob a forma de cooperativas".

Para o presidente do Sintsama-RJ, Humberto Lemos, o TRT mostra "que os deputados passaram por cima da Constituição Estadual, que foi aprovada na própria casa. É um absurdo ainda se tentar privatizar CEDAE".

Correios mantêm greve em todo o país e convocam ato nacional

A greve dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), iniciada no dia 19 do mês passado, continua em todos os estados do país. Em Brasília e em outros estados, os grevistas se juntarão nesta terça-feira, 03, com outras categorias para um ato unificado em "Defesa das Estatais e da Soberania Nacional". Em São Paulo o ato acontece na quarta-feira, 04.

O movimento grevista defende reajuste salarial de 8%, manutenção dos benefícios conquistados em acordos anteriores, e principalmente o fim do desmonte da estatal praticado pelo governo com claro intuito de privatização.

Até o momento a empresa estava arrastando as negociações da campanha salarial e nenhum ponto de pauta de reivindicação da categoria foi discutido, "tamanho é a sede desta gestão em retirar direitos dos trabalhadores", diz o diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), Mizael Cassimiro. Ele explica que "o objetivo da empresa é prolongar a negociação até o dia 11 de novembro, data em que passa a valer a Reforma Trabalhista" e a precarização das relações do trabalho passa a ser a norma.

Os grevistas ainda denunciam a perseguição à categoria a fim de barrar a greve. Na última quinta-feira, 28, o Ministro do TST, Emmanoel Pereira, emitiu uma limiar que considera a greve abusiva. Para a Fentect, "trata-se de uma decisão monocrática (proferida por um único magistrado), portanto, cabe recurso. Além disso, os trabalhadores denunciam que "o presidente da Empresa, desde o início das negociações, vem cometendo assédio ao direito de greve, apresentando falas e opiniões do Ministro Emmanoel como se fossem sentenças, utilizando a imagem do magistrado para desmobilizar o movimento".

Com a ECT em crise, até agora o que foi feito pela administração da estatal foi fechar cerca de 250 agências em todo o país, abrir PDVs (Plano de Demissão Voluntária) que demitiram mais de 10 mil funcionários, além de retirar direitos daqueles que permanecem empregados. Por isso, a Fentect ressalta que "conforme decisão dos sindicatos filiados, a greve continua. Tendo em vista a força do movimento pelo País, os trabalhadores vão permanecer mobilizados (...) para lutar contra a privatização e em defesa dos direitos e empregos".

HP ESPORTES

VALDO ALBUQUERQUE

Sidão foi quem protagonizou milagres

Timão se consolida na liderança, mas o nome da rodada foi Sidão

O líder Timão fez um primeiro tempo sofrível no Mineirão, principalmente pela inoperância do meia Jadson, mas soube reagir na segunda etapa e arrancou o empate com o Cruzeiro em 1 a 1, mesmo tendo um gol do zagueiro Balbuena mal anulado. O Corinthians foi a 55 pontos, oito a mais que o vice-líder Santos, enquanto o Cruzeiro somou 41, na quinta colocação.

A Raposa abriu o placar aos 19min com o "gigante" Rafinha, de 1,67m, que subiu mais que Guilherme Arana e deu uma cabeçada fulminante a 103km/h, sem chance para o goleiro Cássio. O Timão chegou a empatar com Balbuena, mas o bandeirinha marcou equivocadamente impedimento. Com classe, Clayson empatou de pênalti, vencendo o goleiro Fábio, que brilhou nas cobranças de pênaltis na final da Copa do Brasil.

Com atuação espetacular do goleiro Sidão, que fez dois milagres já passando os 50min do segundo tempo, o São Paulo venceu o Sport pelo placar mínimo, gol de Marcos Guilherme, e saiu da zona da degola após oito rodadas. O Tricolor agora ocupa a 14ª posição, com 31 pontos, um a mais que o Avaí, o primeiro da lista do Z-4, e nove a menos que o Botafogo, o sexto da lista do G-6. Como o Cruzeiro sagrou-se campeão da Copa do Brasil, o G-6 transformou-se em G-7, até o momento.

Nos últimos jogos, principalmente contra o Corinthians, o São Paulo apresentou um bom futebol, mas apenas empatou. Agora, jogando mal, saiu vitorioso, na estreia de um uniforme (3º) horroroso.

Em falha da zaga adversária, Ricardo Oliveira não perdoou e marcou de cabeça o gol do Peixe sobre o Verdão, mantendo a vice-liderança do campeonato. O dilúvio que caiu no estádio prejudicou as duas equipes, já que os jogadores tinham dificuldades em conduzir a bola.

Na base do "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura", o Grêmio chegou ao gol aos 40min do segundo tempo com Beto Silva e venceu o Fluminense, que contou com o retorno do goleiro Diego Cavalieiri após quatro meses na reserva. Com o resultado, o Tricolor gaúcho chegou a 46 pontos e permanece na terceira colocação na tabela. Já o Tricolor carioca ocupa a 11ª colocação com 31 pontos e vê a diferença ao Z-4 cair para dois pontos.

De virada, já no final da segunda etapa, o Vitória venceu o Botafogo no Engenhão por 3 a 2 e subiu na tabela, enquanto o Glorioso se manteve no G-6. David, André Lima e Danilinho anotaram para a equipe baiana e Brenner (2) fez para o Fogão.

Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 7

Continuação da edição anterior

A questão da soberania nacional e da independência econômica constituíam, bem antes da Independência do Brasil, um problema único para José Bonifácio

CARLOS LOPES

A dependência – melhor seria dizer: a submissão - de Portugal à Inglaterra foi a condição de fundo em que se realizou a Independência do Brasil. O conflito com as Cortes de Lisboa foi, fundamentalmente, um conflito com a dependência portuguesa.

O pronunciamento dos homens da Independência era claro sobre essa questão, ainda que muitas vezes de modo indireto. Por exemplo, escreveu José Bonifácio, **já em agosto de 1822** – portanto, antes da proclamação oficial da Independência – nas suas instruções ao nosso representante em Londres, Felisberto Caldeira Brant, o futuro marquês de Barbacena:

"[o comércio da Inglaterra] *decerto padeceria se duvidasse em reconhecer a Independência do Brasil, visto que este Reino (à semelhança de Colômbia* [presidida por Bolívar], *que aliás não tem tantos direitos e recursos) está resolvido a fechar seus portos a qualquer potência que não quiser reconhecer nele o mesmo direito que têm todos os povos de se constituírem em Estados independentes, quando a sua prosperidade e o seu decoro o exigem*".

E, mais adiante:

"... *é bem óbvio e evidente que o Brasil não receia as potências europeias, de quem se acha apartado por milhares de léguas, e nem tampouco precisa delas, por ter no seu próprio solo tudo o que lhe é preciso, importando somente das nações estrangeiras objetos pela maior parte de luxo, que estas trazem por próprio interesse seu*".

José Bonifácio recomendou a Caldeira Brant que procurasse em Londres o "benemérito brasileiro Hipólito José da Costa" - o maior crítico dos tratados de 1810 entre Portugal e Inglaterra. José Bonifácio, aliás, convidou Hipólito para o cargo de cônsul geral do Brasil em Londres – que ele aceitou, e para o qual foi nomeado, por D. Pedro I, a 16 de setembro de 1823. Infelizmente, o grande jornalista morrera nove dias antes (v. Carlos Rizzini, "**Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**", CEN, 1957, pp. 47-48).

Ao encarregado de negócios da Inglaterra e cônsul-geral no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, declarou José Bonifácio:

"*O Brasil quer viver em paz e amizade com todas as outras nações, há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que eles intervenham nos negócios internos do país. Se houver uma nação que não queira sujeitar-se a esta condição sentiremos muito, mas nem por isso nos havemos de humilhar nem submeter à sua vontade*" (cf. "**Annotações de A.M.V. de Drummond à sua Biographia**", Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XIII (1885-1886), 1890, p. 45).

Não era uma política de continuação da dependência na Independência. Em mensagem ao cônsul dos EUA, anterior às instruções a Brant, em **julho de 1822**, Bonifácio frisa esse aspecto:

"*Meu querido Senhor, o Brasil é uma Nação e como tal ocupará o seu posto, sem ter que esperar ou solicitar o reconhecimento das demais potências. A elas se enviarão os agentes diplomáticos ou ministros. As que nos recebam nessa base e nos tratem de nação a nação continuarão sendo admitidas aos nossos portos e favorecidas em seu comércio. As que se neguem serão excluídas deles*" (cit. in Otaciano Nogueira, "*O colosso que forjou uma nação*", Plenarium, v. 5, nº 5, out./2008, p. 257).

Não era uma questão nova, em seu pensamento. Ainda residindo em Portugal, quatro anos antes da volta ao Brasil, ele havia refletido sobre ela:

"Nação alguma é independente, se precisa de sustento estrangeiro: Nação alguma é rica e poderosa se o terreno onde mora anda inculto e baldio; e se a pouca agricultura que possui depende inteiramente dos esforços e desvelos únicos da classe a mais pobre e menos instruída" (cf. José Bonifácio, "*Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*", 1815).

Esse último trecho é especialmente importante, por revelar como a questão da soberania nacional e da independência econômica constituíam, bem antes da Independência do Brasil, um problema único para José Bonifácio.

Tal colocação é a mesma que o faz maldizer a suntuosidade, característica de uma estreita faixa da população, consumidora de importações, às custas da maioria:

"... o Brasil tem bens reais, e não precisa de fictícios – não convertamos o supérfluo em necessário, nem demos alimento a ocas vaidades e desejos e gozos pueris."

É o mesmo espírito que lhe faz escrever, já velho e recolhido à Ilha de Paquetá:

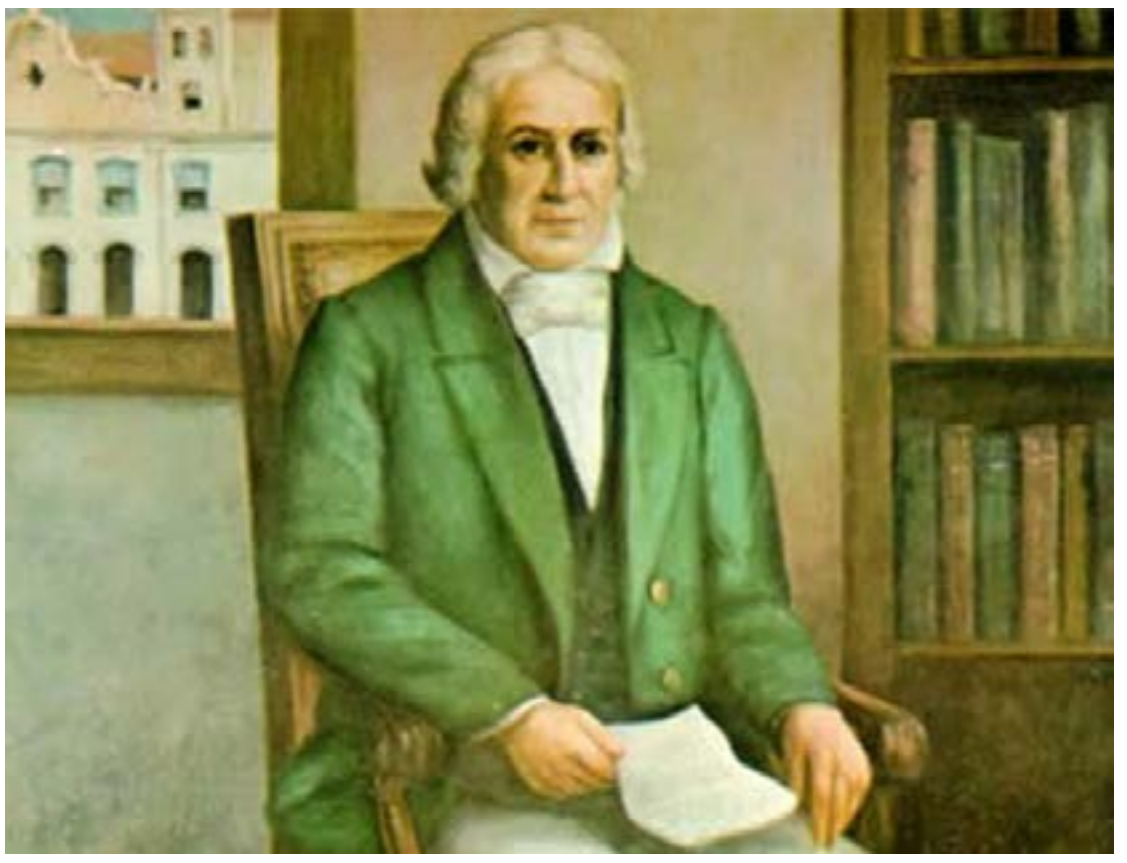
"Os políticos da moda querem que o Brasil se torne Inglaterra ou França; eu quisera que ele não perdesse nunca os seus usos e costumes simples e naturais e antes retrogradasse que se corrompesse."

INVASÃO

A questão era um consenso – ou quase isso – entre os dois partidos que lideraram a Independência. Temos, a esse respeito, o testemunho de José Clemente Pereira - que, com Gonçalves Ledo, era a figura mais em evidência do grupo que disputava, com os Andradas, a direção do movimento da Independência.

Comentando os tratados comerciais assinados pelo Império com vários países – em especial aquele assinado com a Inglaterra, em 1827, que, essencialmente, prorrogava por 15 anos os privilégios ingleses do tratado com Portugal de 1810 – escreveu José Clemente Pereira:

"Facilitada ao estrangeiro a introdução de todos os gêneros de sua indústria, com a redução dos direitos a 15%, nós vimos logo esta capital inundada de objetos de mero e escandaloso luxo: a sua barateza facilitou-lhes o consumo, a facilidade desta animou novas importações, e em breves dias vimos as nossas ruas povoadas de quinquilharias e modistas estrangeiras, e os nossos homens e senhoras vestidos e penteados à estrangeira, como se vivessem na França ou na Inglaterra, quando só se deviam lembrar de que viviam no Brasil.



José Bonifácio de Andrada e Silva

"Fácil era de prever os resultados necessários de tudo isto; os bons patriotas os viram logo; e eles foram, com efeito, o desaparecimento de nossa moeda, quando do Brasil se foi esconder nas burras de Londres e de Paris; e assim devia de ser necessariamente, porque, recebendo nós do estrangeiro anualmente 50, por exemplo, nas ofertas que nós importávamos, e não produzindo para lhes dar em paga senão 30, que eles de nós exportavam, o saldo dos 20 devia sair em metais preciosos e porque a mesma operação se tem repetido por tantos anos sucessivos, milagre é que ainda exista alguma moeda de 6$400 ou 4$000.

"Se tais tratados se não tivessem feito, sábias leis teriam podido remediar em alguma parte este mal, proibindo a entrada de certos gêneros de luxo, ou impondo-lhes o pagamento de direito nas alfândegas que fizesse mais dificultosa a sua introdução.

"Embora gêneros de necessidade ou reconhecida utilidade pagassem só 15%, ou ainda menos, mas fazer extensivos estes direitos a fitinhas, rendas, água de Colônia, caixinhas estofadas, flores, penteados, chicotinhos e cabelos de defuntos franceses, licores, bonecragens e trastes de madeira que não duram, tendo nós melhor madeira e de mais duração, é erro que se não pode perdoar e de que até os mesmos estrangeiros se riem, porque nessa não cairiam eles.

"Para que serão boas estas coisas entre nós? Acaso nossas senhoras não vestiam com decência ao tempo em que não tínhamos modistas francesas, suas cabeças não eram mais formosas enquanto seus cabelos naturais não foram substituídos pelos artificiais que ao Brasil lhes vieram dos cemitérios franceses? Seus pés ficavam porventura mais delicados depois que os sapatinhos de Paris, que não chegam a durar um dia, substituíram os que dantes calçavam?

"Não se entenda que queríamos que alguma nação fosse excetuada no pagamento de direitos; o que queríamos era que com nenhuma se tivessem feito tratados de comércio e que os direitos de importação fossem por nossas leis elevados, ou diminuídos a nosso arbítrio, segundo a natureza dos gêneros, a necessidade que deles tivéssemos, ou a utilidade que deles nos adviesse."

Nesse texto, publicado após sua morte, José Clemente Pereira faz justiça à obra de José Bonifácio e dos Andradas – de quem fora adversário e mesmo inimigo político -, razão pela qual voltaremos a ele mais adiante. Sobre a questão da dependência aos ingleses, ele diz:

"... como tomamos por tarefa aproveitar todas as ocasiões que se nos oferecem de fazer ver que o Augusto Fundador do Império [D. Pedro I] viu sempre as coisas em melhor sentido que alguns de seus ministros, aqui será lugar de publicar que no tempo do Ministério dos Srs. Andradas, ele era de opinião de que se não fizessem tais tratados, **decerto porque essa era a opinião dos mesmos senhores**, e grande parte das pessoas que se achavam no Paço no dia 12 de outubro de 1822, foram testemunhas das expressões significativas destes sentimentos ouvidos ao Ministério" (grifo nosso).

Portanto, Clemente reconhece a política nacional dos Andradas. Somente em 1827, quando os Andradas estavam exilados na França, o Império assinaria o tratado comercial com a Inglaterra – um tratado anterior, negociado por sir Charles Stuart em 1825, provavelmente com os bons ofícios da Marquesa de Santos, não foi aceito pelo governo inglês.

[**NOTA 1**: Em comunicação ao governo inglês, Stuart escreveu: "*devemos às boas graças do general Brant* [Barbacena] *e à influência da senhora Domitila de Castro a remoção de um obstáculo que teria feito malograr toda a negociação*". A anotação se refere ao reconhecimento do Brasil por Portugal. Stuart, apesar de inglês - e de ter sido nomeado pelo governo inglês -, chegou ao Brasil como embaixador de **Portugal** (cf., sobre os préstimos da marquesa, Octávio Tarquínio de Sousa, "**História dos Fundadores do Império do Brasil**", Vol. III, 3ª ed., J. Olympio, 1957, p. 638).]

[**NOTA 2**: Sobre o motivo da recusa do governo inglês a um tratado negociado pelo próprio enviado inglês, nossa opinião - ao contrário daquela exposta por Oliveira Lima - é que a inimizade entre o mandachuva da política inglesa, George Canning, e o enviado ao Brasil, Charles Stuart, foi determinante. Não foi um problema apenas pessoal: a guerra palaciana que envolveu Canning, Castlereagh, e, inclusive, Wellington – de quem Stuart era protegido – é hoje um episódio da história política inglesa (para o ponto de vista de Oliveira Lima, ver seu livro "**História Diplomática do Brasil - O Reconhecimento do Império**", Garnier, 1902, sobretudo pp. 260-279).]

MALES

José Clemente Pereira é implacável sob o significado dos tratados aceitos por D. Pedro I, após a queda dos Andradas: a redução das taxas de importação era "a principal origem da introdução de um luxo que nos devora, e da saída dos metais preciosos, cuja falta nos vai precipitando em um abismo (...); e a decantada reciprocidade não existe senão no papel dos tratados, porque nenhum comércio fazemos com o estrangeiro em nossos navios, e portanto é uma guerra e um verdadeiro fantasma, e logro escrito para nos iludir com o estrangeiro, que quis palear suas vantagens, como nossos negociadores se quiseram deixar iludir; mas o povo não se iluda, porque já lá vai o tempo de enganar a homens.

"Ultimamente os tratados só serviram para fixar os direitos na importação; quanto ao mais só ficaram para declarar princípios de direitos das Gentes, que nenhuma Nação desconhece; e quando saíram disto, deram o direito de cidadão brasileiro aos estrangeiros, recebendo em reciprocidade livres direitos para os brasileiros. Ilusória reciprocidade, que nunca existirá para nós, e que muito nos dana; porque as leis policiais da França e Inglaterra - nós que as não temos, ou não executamos as que temos - somos obrigados a fazer boa e efetiva execução desses artigos, não sem grave tropeço da boa administração da Justiça".

Por fim, Clemente Pereira examina a principal alegação dos defensores desses tratados – a de que as concessões neles aceitas eram o preço do reconhecimento do Brasil como país independente:

"Se nos dissessem que os tratados eram necessários para o reconhecimento da nossa Independência, negaremos essa necessidade (...). Eles necessitavam mais de nós que nós deles. Era isto necessário para dar saída a nossos gêneros. Bem - diminuir os direitos de saída e aumentar os de entrada, a causa será a mesma, com a diferença de ser mais favorável aos nossos lavradores. (...) Tudo recairá sobre o consumidor, mas o lavrador ficou aliviado, porque pagará o imposto só do que vender.

"Mas do modo que a coisa está o Corpo Legislativo vê-se no grande embaraço de dar uma doutrina regular aos impostos, porque não pode carregar os de importação, nem aliviar os de exportação, como todos os principais economistas políticos ensinam, e as necessidades de proteger nossa agricultura e indústria imperiosamente exigem.

"... os tratados foram, na nossa opinião, um mal; (...) e sobre direitos, imponham os estrangeiros, se quiserem; sobre nossos gêneros, esses, imporemos o que quisermos, e veremos quem sai melhor na partida. Eles pouco produzem coisa muito boa de que necessitamos, e destes será protegida a introdução; mas também produzem muitos que nos fazem males, e estes terão dificultosa entrada; o que nós produzirmos, tudo tem consumo pronto no estrangeiro, o caso está em que lhe demos o bom mercado. Pois bem, diminuiremos os direitos de saída, o bom mercado convidará o estrangeiro, e nossos gêneros terão saída".

MARQUÊS DE POMBAL

Esse espírito e essas ideias dos homens da Independência são profundamente antagônicas à mentalidade dominante em Portugal após a queda do marquês de Pombal, destituído com a morte de D. José I (1777) e a ascensão ao trono de sua filha, Maria Francisca, cognominada Maria I, a Louca.

A nobreza portuguesa mais decadente, reprimida desde a execução do duque de Aveiro e dos Távora, voltou, então, ao poder. E, com ela, a subserviência aos ingleses.

Aliás, a subserviência – aos ingleses ou a qualquer potência estrangeira – parece um traço distintivo dessa aristocracia lusitana, que Pombal, oriundo da pequena nobreza provinciana, detestava - e que, por sua vez, detestava Pombal, a ponto de desfigurar a sua memória ou de mostrar satisfação quando os franceses, ocupando o país, violaram o túmulo do grande homem.

[**NOTA**: Um produto tardio desse rancor a Pombal é o livro de Camilo Castelo Branco, "**Perfil do Marquês de Pombal**" (1882); mas também há algo dele no conhecido livro de João Lúcio de Azevedo, "**O Marquês de Pombal e a sua Época**", obra, apesar disso, muito importante, pois o autor, ao contrário de Camilo, não confunde fatos com sua opinião política. Há menos desses preconceitos herdados do século XVIII na obra pioneira dos estudos históricos sobre Pombal: v. Francisco Luiz Gomes, "**Le marquis de Pombal - esquisse de sa vie publique**", de 1869 (livro escrito e publicado em francês, apesar do autor, nascido em Goa, ser lusitano).]

Continua na próxima edição

Rajoy reprime referendo que cevou com seu neoliberalismo

AFP

Governo deslocou 10 mil policiais para Catalunha e ameaçou indiciar 700 prefeitos

Premiê espanhol apelou para brutal repressão nos locais de votação causando 844 feridos, inclusive idosos e mulheres, violência que causou espanto no mundo inteiro

Após ter empurrado a Catalunha – e sua pérola, Barcelona - para o referendo sobre a separação da Espanha com sua submissão canina desde 2012 ao arrocho da Troika e Berlim (e seus corolários, desemprego recorde, despejos em massa e corte de direitos), assim como a cassação de normas já existentes de autonomia, o governo neoliberal de Mariano Rajoy optou por queimar suas pontes com a população catalã, apelando para brutal repressão policial nos locais de votação no domingo (1º), causando mais de 844 feridos, inclusive idosos e mulheres, violência que causou espanto no mundo inteiro, mas não conseguiu impedir que 2,9 milhões - de 5,3 milhões de eleitores inscritos – confrontassem nas ruas a investida e votassem, 90% a favor. 2,02 milhões votaram "sim", 176.000 votaram "não" e cerca de 700 mil votos e respectivas urnas foram sequestrados pela polícia.

Antes, Rajoy já deslocara 10 mil policiais para a Catalunha, invadira e depredara centenas de colégios eleitorais, confiscara milhões de cédulas de votação, silenciara 114 sites, prendera autoridades da Generalitat, o governo catalão, e ameaçara de indiciamento 700 prefeitos, com penas de até 15 anos. No domingo, além de espancar e arrastar eleitores para fora das seções eleitorais, a polícia também fez disparos com balas de borracha.

Com 6,3% da área da Espanha, 16% da população e 20% do PIB, a Catalunha é banhada pelo Mediterrâneo e chega até os Pirineus. Barcelona, a maior cidade da Catalunha, sediou as Olimpíadas de 1992 e também tem o clube de futebol mais admirado da atualidade. A taxa de desemprego catalã é de 13,2%, quatro pontos percentuais abaixo do restante do país. A Catalunha também é responsável por um quarto das exportações espanholas, constituindo, com Madri, as duas regiões mais ricas da Espanha.

Aos brados de "votarem (vamos votar)", e empunhando a bandeira amarela-vermelha catalã, multidões por toda a Catalunha confrontaram nas ruas a polícia de Rajoy. "Fora, forças de ocupação", tiveram de ouvir os brutamontes. Uma senhora de 64 anos, que esperava na Escola Infantil Jesús para votar, em Barcelona, foi agarrada pelos ombros e braços, arrastada dali e atirada ao chão. A cena, com Maria José Molina com a cabeça sangrando, foi reproduzida intensamente nas redes sociais. Em alguns colégios eleitorais, a tropa teve de sair em desabalada carreira, sob pedradas dos eleitores indignados.

Ao final do dia, o grito das ruas mudara para "hem votat (votamos)!" Não chega a surpreender, vindo do neofranquista Partido Popular, de que Rajoy é líder, que a "democracia", quando existem contradições de peso, seja na base do cacete.

Até recentemente, cerca da metade da população catalã era favorável à independência, como visto na última eleição, em que as forças políticas adeptas desse desfecho conquistaram 47% dos votos, e a outra metade ainda preferia continuar em comunidade com os demais povos da Espanha. Tratando-se de um país multinacional, com diferentes povos e idiomas, como o catalão, o basco e o galego, o direito à autodeterminação acaba sendo o preceito mais essencial, para garantir uma adesão voluntária e mutuamente proveitosa.

Depois de ser um dos bastiões da República na Guerra Civil Espanhola nos anos 1930, a Catalunha amargou sob a ditadura franquista a proibição do uso do próprio idioma e o esmagamento da sua autonomia. Com a morte do ditador, o acordo nacional que resultou na constituição de 1978 sabiamente avançou para o respeito ao uso do idioma e autonomia das regiões históricas. Naquele ano, os catalães que votaram a favor da manutenção dentro da República espanhola com autonomia equivaleriam, hoje, a 3,4 milhões de pessoas.

Ao aceitar os diktats de Berlim e afundar a Espanha na recessão e desmanche para salvar bancos, Rajoy minou os alicerces do que havia sido construído, ainda que com atalhos como a desmoralizada monarquia, na constituição de 1978. No auge da crise, um em cada quatro adultos e um em cada dois jovens espanhóis estava desempregado. Rajoy aumentou para 67 anos a idade mínima de aposentadoria, arrochou salários, cortou o seguro desemprego, tornou mais fácil demitir e deixou servidores públicos sem aumento e até sem décimo-terceiro.

Quanto à autonomia, o PP cuidou de revogar várias cláusulas da ampliação aprovada em 2006, apelando ao tribunal constitucional, que decidiu contra os catalães em 2010. Assim, foi se abrindo o caminho para que setores catalães que até então inclusive compactuavam com o neoliberalismo resolvessem assumir a cartada da separação.

O governo catalão que convocou o referendo, conforme promessa de campanha de 2015, é constituído pelo Juntos pelo Sim (que agrupa a Convergência Democrática de Catalunha, Esquerra Republicana de Catalunya , Democratas de Catalunha e Moviment d'Esquerre) e o CUP (Candidaturas da Unidade Popular). Um leque que vai desde pró-socialistas até adeptos da Otan e União Europeia. Um integrante do atual governo, Santi Vila, explicou a guinada de certos setores que durante muitos anos deixaram a questão da separação em banho-maria: "se a Catalunha não apresentasse um discurso baseado no nacionalismo, como teria resistido a ajustes de mais de 6 bilhões de euros?"

"PÁGINA VERGONHOSA"

Na noite de domingo, o líder da Generalitat, Carles Puigdemont, classificou a repressão desencadeada por Madri como "uma página vergonhosa" e disse que "com este dia de esperança e sofrimento, a Catalunha conquistou o direito de ser um estado independente na forma de uma república". A prefeita de Barcelona, Ada Colau, chamou Rajoy de "covarde, que se esconde atrás de procuradores e tribunais, e que hoje ultrapassou todos os limites". Nesta terça-feira, os sindicatos catalães estão realizando uma greve em defesa da Catalunha. Diante da repercussão – e asco generalizado – à violência de Rajoy, a Generalitat pediu a "mediação" dos países europeus sobre a questão.

Com a União Europeia transformada em uma prisão de povos, sob o tacão de Berlim e ocupação norte-americana, a balcanização da Espanha dificilmente trará avanços na luta pelo progresso e pela soberania. Mas também é evidente que a podre e corrupta monarquia espanhola é cada vez mais uma casca vazia. Os países europeus que se dividiram em estados menores, ao final acabaram fragilizados econômica, política e socialmente, e mais dependentes de Berlim e Washington, como visto na Iugoslávia e Checoeslováquia. Como o divórcio, o direito à autodeterminação é um direito, não uma obrigação à separação, e sempre que a unidade prevalece em um estágio mais elevado, maior é o avanço social. Além do mais, é uma ótima oportunidade para se livrar de uma excrescência como o neoliberal Rajoy.

ANTONIO PIMENTA

Presidente da Sérvia denuncia dupla moral da Europa frente a Kosovo e à Catalunha

O presidente da Sérvia, Aleksandar Vucic, acusou a União Europeia de hipocrisia e dupla moral após sua denúncia do referendo catalão como ilegal, enquanto mantém o reconhecimento da 'independência' de Kosovo, província sérvia que se separou unilateralmente, sob a ocupação das tropas da Otan. "A questão de todos os cidadãos da Sérvia para a União Europeia hoje é: como é que, no caso de Catalunha, o referendo sobre a independência não é válido, enquanto que no caso da secessão do Kosovo é permitido mesmo sem um referendo?", assinalou Vucic em entrevista à rádio B92.

"Como você proclamou a secessão do Kosovo como legal, mesmo sem um referendo, e como 22 países da União Européia legalizaram esta secessão, enquanto destruíam o direito europeu e os fundamentos do direito europeu, sobre os quais a política européia e a política da UE se baseiam?", acrescentou o presidente sérvio.

Na segunda-feira (2), a Comissão Européia fez eco da posição do governo espanhol de que o referendo realizado na Catalunha era ilegal, descrevendo os acontecimentos no domingo, com os eleitores catalães espancados pela tropa de choque do governo Rajoy, como uma "questão interna". Em contraste, em 2010, o Parlamento Europeu aprovou resolução instando os Estados membros a reconhecer a independência do Kosovo. "Este é o melhor exemplo dos padrões duplos e hipocrisia da política mundial", disse Vucic.

No bombardeio da então Iugoslávia em 1999, milhares de civis foram mortos e até a sede da televisão iugoslava, a embaixada chinesa em Belgrado, usinas elétricas e abrigos de idosos foram destruídos. Sob cobertura das tropas de ocupação da Otan, que não tinha mandato do Conselho de Segurança da ONU, os terroristas do Exército de Libertação de Kosovo tiveram autorização para decretar a secessão em 2008, e uma base gigantesca norte-americana foi instalada na região. A maior parte da população sérvia teve de fugir, restando agora sobreviventes em Mitrovica.

Uma viagem à Coreia Popular-3
(Com os próprios olhos e com a própria cabeça)

(Continuação da edição anterior)

Com Gogiia Guarami, tradutor de obra de Claudio para o russo

Para concluir esse relato já bastante grande devo dizer ainda aos amigos leitores que fiquei imensamente feliz por reencontrar durante a subida do monte Bektu um velho colaborador do HP, Gogiia Gurami, de Moscou, companheiro que traduzia os artigos do jornal Hora do Povo para o russo e traduziu o livro do Claudio, "A história continua" para o russo em 1992 quando esse livro foi publicado em Moscou. Eu conversava com um grupo de companheiros do México, do Peru, da Argentina e da Coreia em espanhol quando ele virou-se para mim e perguntou: "Companheira você é brasileira?", eu disse que sim. Ele então continuou: "Você conhece no Brasil alguém do jornal Hora do Povo? Eu perdi o contato com eles, mas era eu quem traduzia para o russo os artigos do jornal e do livro do Claudio a quem admiro muito!".

Foi um grande e emocionante encontro. Conversamos bastante, falei sobre o Brasil, sobre o jornal e ele sobre a Rússia e a Georgia de onde é originário, e lembramos os velhos tempos e o "Grande Georgiano". Trocamos endereços e voltamos a ser os velhos amigos que tínhamos sido por tanto tempo, comemorando esse feliz reencontro ao som do murmúrio das águas do transparente Rio Dedong que nos acompanhava até quase as portas de nossas casas em Pyongyang.

Eu já havia ido várias vezes à Coreia, mas dessa vez fiz uma viagem especial. Diferente. Por isso senti necessidade contar aos nossos companheiros leitores alguns dos detalhes principais do que vivi nessa oportunidade na RPDC. A Coreia continua sendo um país sereno, apesar de viverem no momento tensão e provocação jamais vistas desde a época da Guerra Coreana. Mas com uma firmeza férrea em se tratando da defesa da Pátria. Visitei supermercados cheios, com muita gente fazendo compras com carinhos lotados e produtos muito baratos e de excelente qualidade, andei pelas ruas, vi a população bem vestida e tranquila, muitos turistas europeus, chineses, russos e brasileiros, não vi nenhum mendigo pedindo esmolas ou morando debaixo das pontes, nem ninguém passando fome por causa dos investimentos em segurança e tecnologia de ponta. Isso tudo sem ter um único rio poluído ou cidades enevoadas de partículas poluentes, o país todo em total respeito à preservação ambiental "para garantir a qualidade de vida de todo o povo", segundo dizem. Eles continuam conseguindo caminhar com suas próprias pernas, e cada um com as duas pernas, ao estilo coreano, pois Kim Jong Un mantém a política e os ensinamentos dos grandes homens do Bektu.

A Coreia é um país em franco desenvolvimento, com um grande momento de construção de habitações novas em grandes edifícios modernos e reformas dos prédios mais antigos, reformas de museus e prédios públicos como o "Museu do Taecondo" recentemente reinaugurado, investimento na ampliação e modernização do metrô e dos transportes públicos, ampliação das frotas de taxi e empresas de aluguel de carros, tudo estatal pois na Coreia não existe propriedade privada, me diziam sempre, e um grande investimento em esportes, parques aquáticos recreativos, e em particular no futebol que os coreanos gostam tanto e em campeonatos desportivos. Pyongyang hoje não é apenas uma grande metrópole, é uma belíssima e moderna grande metrópole. Quem não conhece não sabe o que está perdendo.

Massacre de Las Vegas é o maior dos EUA: 59 mortos e 527 feridos

A *doença americana* – uma repetição ritualizada de genocídio – voltou a ocorrer neste domingo (1º) em Las Vegas, quando um atirador, depois identificado como Stephen Paddock, de 64 anos, irrompeu em fúria assassina desde o 32º andar de um hotel contra um festival de música country ao ar livre, massacrando 59 pessoas e ferindo mais 527 com disparos de rifle automático e, ao final, se suicidou.

Desde o massacre da Columbine High School de 1999 com 13 vítimas – que o cineasta Michael Moore transformou em instigante documentário-denúncia, à matança no ano passado em uma boate gay na Flórida com 48 mortos, passando pela chacina de 26 pessoas na escola primária Sandy Hook, das quais 20 crianças de seis e sete anos, em 2012, mesmo ano em que um atirador matou 27 em uma sessão de cinema, todo ano, várias vezes por ano, implacavelmente se repetem nos EUA as cenas de tiroteio em massa.

O irmão do serial assassino mostrou-se surpreso com o massacre, e retratou Stephen como um apostador, que fizera dinheiro com imóveis, dono de dois aviões pequenos e uma casa confortável e que tinha uma companheira. Foi, ainda, por três anos auditor da Lockheed Martin.

Desta vez, coube a Trump exorcizar o fantasma, classificando o ataque de Las Vegas como "o mal puro" – logo ele, que diante da Assembleia Geral da ONU há duas semanas ameaçou incinerar nuclearmente 27 milhões de pessoas da Coreia Popular.

Já os democratas, como de praxe, buscaram reduzir o problema à frouxidão das regras de venda de armas nos EUA e ao poderio do cartel do rifle, a NRA. No entanto, como Michael Moore já apontara lá atrás, no Canadá a posse de armas tem a mesma característica massiva dos EUA, e não há rotina de matança de inocentes a esmo. Como ele costuma dizer, não são as armas que matam por si, são as pessoas que empunham essas armas.

O que tais matanças refletem é uma sociedade profundamente doentia, de um narcisismo exacerbado que alimenta perversões e isolamento, marcada pela desigualdade cada vez maior, em que a apologia do massacre é veiculada nos meios de comunicação 24 horas por dia como 'direito à revanche', enquanto o Estado propala a ideologia fascistizante do "excepcionalismo", em que o Império está livre de qualquer trava para bombardear, invadir, matar, torturar, promover golpes de Estado e grampear em massa, e que tem estado ininterruptamente em guerra há mais de duas décadas e em cujo gênese sempre esteve o genocídio. E onde o poder dos monopólios coisifica e aliena a tudo e a todos e infla o parasitismo e a especulação.

Uma sociedade tremendamente estéril e que leva muitos a perderem qualquer capacidade de identificação com o próximo, caracterizada por um vazio existencial próprio da iminência de colapso ou desagregação de um sistema apodrecido. O que muitas vezes explode como um ódio irracional, incontrolável, em que pessoas que sequer são percebidas como pessoas se tornam meros alvos aleatórios sobre o qual se descarrega as armas, tendo frequentemente como final a autossupressão, último estágio de uma situação em que nada já faz sentido. A.P.

Estatal russa TransTelecom fornece nova conexão de internet à Coreia Popular

A Coreia Popular estabeleceu uma nova linha de conexão com a internet, fornecida pela empresa estatal de telecomunicações da Rússia, a TransTelecom. O acesso pela nova conexão passou a ser acessível no domingo (1).

Até então, a estrutura norte-coreana de acesso à internet era realizado exclusivamente por uma linha chinesa, viabilizada pela empresa China Unicom, em operação no país desde 2010. Com o novo acesso a partir da Rússia, a internet coreana se tornará mais segura e estável, sendo capaz de resistir a ataques de hackers, oferecendo maior capacidade de banda larga internacional.

"A adição do trânsito russo criará um novo caminho para a internet coreana, aumentando sua capacidade de resistência e de banda larga internacional", afirma sobre a nova linha de internet incorporada pela Coreia Popular, a empresa Dyn Research em relatório. Sobre o relatório, a TransTeleCom argumentou que "historicamente mantém conexão com a rede de comunicação da Coreia Popular no âmbito de um acordo, assinado em 2009".

A nova linha não só complementará a internet existente no país, mas também fornecerá back-up a Pyongyang em um momento de grande tensão com os EUA, que mantém seguidos ataques contra a infraestrutura de internet coreana, ao passo que pressiona a China a acabar com suas relações com a Coreia Popular.

A TransTelecom, também conhecida como TTK, está entre as maiores empresas de telecomunicações da Rússia. Ela é uma subsidiária da empresa "Ferrovias Russas", que opera nacionalmente as ferrovias do país. As linhas de fibra óptica são instaladas ao longo das estradas de ferro, chegando a Coreia Popular por Vladivostok.

Caso Odebrecht: vice-presidente do Equador é preso por corrupção

Justiça denunciou que Jorge Glas e seu tio foram subornados com US$ 16 milhões pela construtora e decidiu embargar bens e bloquear contas bancárias

HP INTERNACIONAL

AP

Jorge Glas após depoimento junto à Procuradoria-Geral do Equador

Atual vice-presidente do Equador e ex-ministro de Setores Estratégicos do governo de Rafael Correa, Jorge Glas, foi preso na noite de segunda-feira, junto com seu tio Ricardo Rivera, e levado ao cárcere 4, em Quito, sob acusação de "corrupção". Conforme denúncias, eles teriam amealhado US$ 16 milhões em propinas da Odebrecht para garantir o seu retorno ao país. Diante dos graves indícios, na audiência da Corte de Justiça da capital, o juiz Miguel Jurado também decidiu embargar os bens e bloquear as contas bancárias de Glas.

Mais alto funcionário público sob investigação judicial do caso Odebrecht, Glas está na mira da Justiça junto ao ex-controlador geral do Equador, Carlos Pólit, de dois ministros e vários servidores graduados do governo Correa. A situação do vice-presidente vem se agravando desde o começo de agosto quando o presidente Lenin Moreno, que assumiu o governo em maio, o destituiu de suas funções administrativas devido a suspeitas de corrupção.

Conforme o procurador geral do Equador, Carlos Baca, a prisão preventiva de Glas e Rivera é essencial para garantir o prosseguimento da investigação penal dos casos de suborno realizados pela construtora, uma vez que foram encontrados "novos elementos" de uma associação ilícita que causou graves danos ao patrimônio público.

O delito de "suborno", segundo a promotoria, estaria presente em cinco contratos firmados com a Odebrecht na área de Setores Estratégicos: o Poliduto Pascuales-Cuenca; a hidrelétrica Manduriacu; a transposição Trasvase Daule-Vinces - uma das maiores em abastecimento hídrico da América Latina; o aterro da Refinaria do Pacífico e o aqueduto A Esperança. Além disso, também foram abertas investigações por evasão fiscal, lavagem e captação ilegal de dinheiro.

O delator da Odebrecht, José Conceição Santos, assegurou que pagou uma montanha de dólares para o atual vice-presidente, por meio de seu tio. De acordo com Santos teriam sido entregues US$ 2 milhões (R$ 6,3 milhões) em 2010 pela volta da empreiteira brasileira ao Equador – dois anos após ter sido expulsa do país por falhas na construção da hidrelétrica São Francisco - e os demais US$ 14 milhões (R$ 44,2 milhões) por 1% de todos os contratos que a empresa teve no país após o seu retorno. Além disso, Santos sustenta que entregou pessoalmente ao ex-secretário jurídico da Presidência, Alexis Mera, mais de US$ 4 milhões (R$ 12,6 milhões), por meio do advogado Carlos Pareja Cordero, investigado pela rede de corrupção na Petroecuador e fugitivo da justiça.

"Jorge Glas e Ricardo Rivera são como irmãos siameses, se alimentam e respiram pelo mesmo corpo", explicou Santos, em sua declaração ao poder judiciário no consulado equatoriano no Brasil, no dia 26 de setembro. Na oportunidade, o delator entregou seu testemunho antecipado, como parte das investigações do escândalo.

As declarações antecipadas de Alfredo Alcívar, ex-empregado de confiança de Rivera e atual testemunha protegida, do delator José Santos e de José Terán, Gustavo Massuh e Kepler Verduga, são parte das justificativas para o pedido de prisão. Carlos Baca assinala que com esse conjunto de declarações se evidencia a existência material do delito de associação entre Glas e Rivera. As informações, sublinhou, estabelecem de maneira inequívoca a relação direta e causal entre pagamentos, obras, apelidos usados e empresas beneficiárias. A prática é bastante similar à utilizada no Brasil, conforme apontado pela operação Lava Jato.

Com o cerco se fechando, desde agosto, o vice-presidente está impedido de sair do país, diante do "potencial risco de fuga". Ao mesmo tempo, seu tio cumpria prisão domiciliar. Além dos dois e da Odebrecht, a Justiça investigará outras empresas como Telconet, Glory International, Televisión Satelital, Dramiston, Plastiquim/Cosani e Golden Engineering, todas apresentando sinais evidentes de envolvimento em crimes contra a economia.

REUTERS

Nguyen Xuan Son logo após receber o veredicto

Ex-presidente da estatal PetroVietnam é condenado à morte por receber propina

O ex-presidente da estatal PetroVietnam, Nguyen Xuan Son, foi condenado à morte na sexta-feira (29) por corrupção e abuso de poder. Em sua condenação, o juiz Truong Viet Toan afirmou que "o comportamento de Son é muito grave, pois viola a gestão dos bens do Estado, causando danos públicos, o que exige severa punição".

Son também foi diretor geral do OceanBank, que é foi estatizado após declrar-se impossibilitado de pagar suas dívidas. Ha Van Tham, que foi ex-presidente do banco, foi condenado a prisão perpétua por corrupção durante sua gestão à frente do banco. Ao todo, 51 funcionários e banqueiros foram julgados no último período, em um julgamento coletivo, todos por envolvimento em casos de corrupção e má gestão dos recursos públicos. Os prejuízos envolvendo os casos investigados somam US$ 69 milhões.

As sentenças surgem após mudanças na direção do Partido Comunista do Vietnã e de uma maior luta contra a corrupção.

Son que está preso desde 2015, se declarou inocente e disse que pretende apelar da sentença. A Corte de Hanoi o considerou culpado de corrupção ativa e quebra intencional das regras de Estado acerca de direção econômica e abuso de autoridade e poder.

Já o ex-diretor de banco, Ha Van Tham, admitiu parcialmente a culpa. Declarou que, sob sua gestão, o banco violou práticas bancárias ao conceder empréstimos, mas negou haver aceito suborno.

Também foi sentenciado à morte o ex-presidente de um estaleiro estatal, o Vinashin, que teve suas contas reprovadas, após haver declarado perdas e ter corrupção localizada contra o executivo.

Rodrigo Maia viajará a Tel Aviv para chaleirar chefe do regime de apartheid

Rodrigo Maia, mais conhecido nas planilhas da Odebrecht pela alcunha de Botafogo, anunciou que vai visitar Israel no dia 30 deste mês. O convite foi feito pelo presidente do Knesset, o parlamento que junto com o governo administram o regime de apartheid israelense, Yuli Edelstein.

O próprio Edelstein não é israelense, nasceu e cresceu na Ucrânia, no período em que esta integrava a União Soviética. Tornou-se deputado ao fundar um partido – Israel BaAliah, Israel na Subida - junto com outros judeus que deixaram sua terra natal socialista para se juntar aos que ocupam a Palestina.

Segundo a jornalista Daniela Kresch, o convite foi articulado em conversa de Temer com o premiê israelense Bibi Netaniahu, entre as sessões da Assembleia Geral da ONU.

O encontro entre Temer e Bibi teria sido arranjado pelo embaixador de Israel no Brasil, Yossi Sheli. "A visita de Maia é uma continuação direta do encontro em Nova York para descongelar ainda mais o relacionamento entre os dois países", disse o embaixador.

Netanyahu passou pela América Latina, visitou Argentina, Colômbia e México, com a non grata passagem repudiada por manifestações contra a ocupação da Palestina e agressão diária aos direitos humanos de milhões de integrantes deste povo.

Segundo o embaiador Sheli, o Brasil não entrou no cronograma da viagem, por causa da "crise política no país".

Com certeza o embaixador deve ter aconselhado a Bibi que não passasse nem por perto de Curitiba, devido ao estrago que o juiz Sergio Moro anda fazendo sobre os corruptos, uma vez que o próprio chefe do apartheid isralense está sob investigação por receptação de propinas, presentes de luxo e outras benesses, envolvendo inclusive a compra de submarinos alemães para defender o país dos palestinos ou dos guerrilheiros do Hezbolá.

Netaniahu e seu regime segregacionista estariam incomodados até agora desde que o Brasil se negou a aceitar como embaixador israelense a Dany Dayan, que teria se cacifado aos olhos do regime enquanto chefe dos assaltantes de terras palestinas na Cisjordânia.

Agora Maia, depois de Temer acham importante chaleirar os segregacionistas para ficarem às boas com os párias.

Uma atenção que nos agride, independente do fato de que Maia, pra disfarçar, anunciar que também vai a Ramallah, capital provisória da Plestina ocupada, uma vez que a capital histórica da Palestina, Jerusalém, está impedida à Autoridade Nacional Palestina.

NATHANIEL BRAIA

Multidões denunciam repressão que atingiu jovem solidário aos índios

Argentinos voltam a ocupar ruas do país para repudiar o sumiço de Maldonado

Desafiando a chuva, mais de 100 mil pessoas exigiram neste domingo em Buenos Aires a aparição com vida de Santiago Maldonado, cujo paradeiro se desconhece desde que, no dia 1º de agosto, foi preso pela Gendarmería Nacional (Força de Segurança da Argentina de natureza militar, que cuida das fronteiras) durante uma repressão desmedida contra a comunidade dos índios mapuche de Cushamen, na província de Chubut.

"Agora, agora, é indispensável, aparição com vida e castigo aos culpados", entoou a multidão na Praça de Maio. A dois meses da desaparição de Santiago, desde cedo, sob uma garoa persistente, as saídas das estações de metrô "eram formigueiros dos quais não parava de sair gente", antes inclusive de que chegaram as grandes colunas das organizações sindicais, políticas, estudantis e sociais, informou o jornal Página 12. A praça mais conhecida e tradicional da capital argentina estava cheia de bandeiras vermelhas, azuis, das entidades, todas dando passagem às insígnias multicoloridas dos povos indígenas.

O jovem de 28 anos desapareceu depois que dezenas de agentes da polícia militar entraram na ocupação dos índios mapuche "Pu Lof em Resistência", na Patagônia argentina.

Segundo testemunhas, os guardas dispararam balas de chumbo e borracha e queimaram os pertences das famílias da comunidade que se manifestavam para tentar tirá-los de lá. Maldonado estava ali desde o dia anterior, acompanhando os indígenas e foi visto pela última vez quando tentava escapar dos tiros.

O terreno da Pu Lof , em terras administradas pelo latifundiário Luciano Benetton, da empresa têxtil Benetton, está ocupado por famílias mapuche que lutam pela recuperação de seu território ancestral e por políticas em prol dos direitos indígenas desde março de 2015. A multinacional italiana tem 900.000 hectares na Patagônia argentina, território que vem comprando a preço vil desde o governo de Carlos Menem.

Acompanhados pelas Avós e as Mães da Praça de Maio, os familiares do jovem lideraram a manifestação exigindo a renúncia da ministra de Segurança, Patrícia Bullrich. "Quero perguntar ao presidente Maurício Macri onde está Santiago Maldonado", disse o seu irmão, Sergio Maldonado, único orador do ato, aplaudido, antes de se abraçar com sua mãe. Com a mesma consigna, houve mobilizações em dezenas de cidades do país e do mundo.

Foi lido um comunicado da comunidade "Pu Lof em Resistência": "Saudamos a família Maldonado. Santiago, obrigado por não duvidar em nos dar uma mão. Pegaram-te, mas não conseguiram capturar a tua essência que hoje se reflete em milhares de pessoas que pedem tua aparição com vida", diz o texto escrito pelos mapuches. "Aqueles que orquestraram a operação de 1º de agosto são o verdadeiro inimigo interno", assinalaram. Exibiram no ato muitos vídeos de bandas que compuseram temas para reivindicar por Santiago Maldonado e houve uma leitura de poemas, todos dedicados ao considerado primeiro desaparecido em 'democracia'. Um deles lembrava outros crimes políticos na Patagônia: operários fuzilados no inicio do século passado, os guerrilheiros que fugiram do cárcere de Rawson, depois de serem barbaramente torturados.

O governo tenta emplacar a impunidade para os responsáveis, tanto policiais, como o Ministério de Segurança, com uma série de mentiras que os grandes meios de comunicação repetem, como por exemplo que Santiago não estava no local da manifestação mapuche. Essas falsas noticias estão sendo desmascaradas graças à investigação de alguns jornalistas, da família e de organismos defensores de direitos humanos.

SUSANA SANTOS

"A destruição pelo furacão, soma-se a devastação de Porto Rico por Wall Street", denunciam 200 acadêmicos

"A destruição trazida pelo furacão Maria expôs a profunda condição colonial de Porto Rico. Milhões de seres humanos enfrentam uma situação que as coloca entre a vida ou a morte. A crise financeira fabricada pelos bancos norte-americanos e suas leis coloniais corresponde a mecanismos legais que impedem a recuperação" da ilha, denunciam mais de duzentos acadêmicos, norte-americanos e porto-riquenhos, em documento publicado dia 30.

Porto Rico enfrenta uma grave crise humanitária como resultado do furacão Maria, de categoria quatro, que atingiu a ilha no dia 20 de setembro. Hoje, semanas após o desastre, centenas de comunidades ainda estão inundadas e isoladas, com estradas bloqueadas ou destruídas, deixando milhares de pessoas com fome e sem acesso a água potável.

Para agravar ainda mais a crise de saúde pública, devido às condições precárias dos hospitais somadas à crescente ameaça de epidemias pela água contaminada, os serviços de comunicação, como telefone e internet, ou mesmo eletricidade, não foram restabelecidos na maioria das comunidades. Mas o governo dos EUA, através de seu presidente, Donald Trump, embora reconheça que "grande parte da Ilha foi destruída", já declarou que sua preocupação se volta aos "bilhões de dólares... devidos" pela ilha "a Wall Street e aos bancos que, infelizmente, devem ser tratados".

"Porto Rico é uma colônia dos Estados Unidos", prossegue o documento. "O seu estatuto político [de estado livre associado] decorre da invasão dos EUA em 1898 em conjunto com uma série de leis que serviram apenas para consolidar o controle dos EUA, impedindo a soberania e a emancipação política de Porto Rico. Uma dessas leis é a Merchant Marine Act, de 1920, conhecida como Jones Act, que determina que as águas marítimas e os portos de Porto Rico são controlados por agências dos EUA". Trata-se de uma lei que duplica o custo dos bens de consumo que chegam as costas da ilha. "A legislação recente, PROMESA (sigla em inglês para a Lei de Supervisão, Gestão e Estabilidade Econômica de Porto Rico), que impõe o pagamento de bilhões de dólares - em dívidas acumuladas - em conjunto com medidas rigorosas de ajuste contra Porto Rico e seus habitantes. A PROMESA estabeleceu um órgão supra-governamental com total controle sobre as finanças, leis e regulamentos adotados pelo governo". PROMESA representa a "reafirmação da autoridade colonial do Congresso sobre Porto Rico, em total desrespeito à democracia, ao republicanismo e à soberania popular. Neste momento de crise humanitária para Porto Rico, Washington não agirá no melhor interesse do povo dos porto-riquenhos, revogando tanto o PROMESA quanto o Jones Act".

Sobre a cidadania norte-americana restrita aos cidadãos de Porto Rico, o documento afirma que os EUA "negam aos porto-riquenhos qualquer dos direitos obtidos por outras regiões impactadas pelos mesmos eventos no continente norte-americano. Essa cidadania nos faz reféns, dispensáveis e vítimas da instituição de caridade calculada. É preciso revogar o Jones Act, que impõe restrições à entrada de outros navios [de outras nacionalidades] na ilha, mesmo que a sua intenção seja apenas oferecer ajuda humanitária. É necessário abolir a Lei PROMESA, uma vez que Porto Rico não pode ser reconstruído com base em uma dívida impagável e fraudulenta. Ambas as leis condenam o país a um futuro econômico insustentável que intensificará o êxodo dos porto-riquenhos de sua ilha".